



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VALPAÇOS

ATA N.º 5/2022

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte dois, no auditório Arte e Cultura Luís Teixeira, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Valpaços.

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1) **Informação do Presidente da Câmara;**
- 2) **Ponto da situação das atividades desenvolvidas no ano 2022, pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega;**
- 3) **Apreciação do parecer do auditor externo sobre a situação económica e financeira no final do 1º semestre de 2022;**
- 4) **Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2023;**
- 5) **Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do mapa de pessoal para o ano 2023;**
- 6) **Apreciação do Orçamento para o ano 2023 da empresa local: EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.**
- 7) **Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para aprovação da minuta do contrato programa a celebrar entre o Município de Valpaços e a empresa intermunicipal «EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.»;**
- 8) **Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para aprovação da minuta do contrato programa a celebrar entre a empresa intermunicipal «EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.» e os seis municípios acionistas – «Valpaços, Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar»;**
- 9) **Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da fixação do percentual a aplicar no ano 2023, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem;**

- 10) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da minuta de aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências na Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega;**
- 11) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Investigação – Programa Bolsas;**
- 12) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da Minuta de Protocolo de Rendimento Social de Inserção a outorgar com a Casa do Povo de Vilarandelo;**

Composição da Mesa

Presidente: Sr. António Sernache de Sousa;

Primeiro Secretário: Prof.^a Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves;

Segundo Secretário: Sr. António Queirós Simões.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão pelas nove horas e trinta minutos. Procedeu-se à chamada dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, verificando-se a presença de 49 (quarenta e nove) e a ausência de 2 (dois), a saber:

Vítor Manuel Coelho Nogaró;

Carlos João da Costa Morais.

Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia decretou um minuto de silêncio em memória da Sra. D. Lucília de Jesus Teixeira, mãe da senhora vereadora, professora Arlete Lopes e da Sra. D. Amélia Teixeira, mãe do senhor presidente da junta de Sonim e Barreiros, professor Saúl Pessoa, ambas falecidas recentemente.

Correspondência recebida

O Presidente da Junta de freguesia de Bouçoães, senhor Eurico dos Anjos, comunicou que se vai fazer representar pelo seu substituto legal, o senhor António Tabuada Taveira.

O Presidente da Junta de Freguesia de Valpaços e Sanfins, senhor António Castanheira Lopes, comunicou que se vai fazer representar pelo seu substituto legal, o secretário da Junta, senhor professor Arnaldo Pires Mourão.

Solicitaram a relevação da falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia dezasseis de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, os seguintes elementos:

Almerindo José Lopes, presidente da Junta de Freguesia de Tinhela e Alvarelhos;

Manuel Torrão Machado.

Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia pôs à discussão a ata relativa à sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 16 de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, enviada a todos os membros e abriu as inscrições para os Deputados interessados se poderem pronunciar sobre a mesma.

Por não haver inscrições, foi posta à votação, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Dra. Isabel Barreira**.

A Senhora Deputada, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, veio propor um voto de louvor ao valpacense Sr. Manuel Catumba, recentemente agraciado com o prémio literário “Professor Adriano Moreira”, atribuído pela Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, de Lisboa.

Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pôs a votação a proposta de louvor ao Sr. Manuel Catumba, apresentada pela deputada municipal, Sra. Dra. Isabel Barreira, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Dr. Monsanto Glória**.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores

Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, deu nota da alteração dos tempos de espera e passagem nos semáforos junto à Caixa Geral de Depósitos que, efetivamente, tornaram o trânsito mais fluído na avenida principal, mas acabam por provocar transtornos nas duas ruas que aí convergem. Assim, sugeriu que fosse revista a temporização dos semáforos aí colocados.

Deixou também um reparo a situação de um muro, bastante sujo, na Av, 25 de Abril, pertencente a uma propriedade do Sr. Dr. Afonso Videira, sugerindo a intervenção dos funcionários do Município para a sua limpeza.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Sonim e Barreiro, **Senhor Professor Saúl Pessoa.**

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, agradeceu a todos o apoio e o conforto no difícil momento do falecimento da senhora sua mãe.

Deixou uma palavra de apreço ao trabalho realizado pelo “Projeto Afetos”, sublinhando a importância na mitigação dos efeitos da solidão, tão presente no nosso Concelho. Destacou o rastreio de várias doenças, junto dos participantes no “Projeto”. Salientou a importância do programa no bem-estar físico e psicológico dos idosos do nosso Concelho.

Elogiou a retoma do almoço convívio dos idosos que correu muito bem, não obstante o episódio que todos conhecemos.

Por fim, elogiou a Câmara Municipal e todas as freguesias pelas decorações de natal, fazendo votos de umas festas felizes.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Manuel Machado.**

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, lembrou que o ano que agora termina ficará marcado pela covid-19 e pela guerra na Ucrânia que têm contribuído, decisivamente, para o agravamento das condições de vida das

populações. Neste âmbito, sublinhou o trabalho do senhor Presidente da Câmara na mitigação dos efeitos adversos desses acontecimentos.

Por último, registou a sua presença no almoço anual dos idosos do Concelho, que, como todos sabem, resultou em mal-estar gástrico em muitos dos seus participantes. Assim, agradeceu todas as diligências levadas a cabo pela autarquia no sentido de proporcionar os melhores cuidados a todos, não obstante a responsabilidade do acontecimento não ser da autarquia.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor António Tabuada Taveira.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Destacou o bom desempenho do Município de Valpaços, patenteado no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, referente ao ano de 2021, apresentado e publicado pela Ordem dos Contabilistas Certificados. Convém referir que o Município de Valpaços ocupa a honrosa 30.^a posição no ranking dos pequenos municípios, num total de 188 municípios. Ocupando, ainda, o 2.^o lugar entre os 14 municípios do distrito de Vila Real. Deste modo, o rigoroso controlo das contas, nomeadamente o endividamento, permite que o Município de Valpaços possa honrar os seus compromissos a tempo e horas, transmitindo uma imagem de seriedade e confiança.

Sublinhou a necessidade urgente de apoio aos agricultores do concelho, que fruto das alterações climáticas, sofreram elevadas perdas, nomeadamente, nas culturas da castanha, azeite, amêndoa e vinho. Acresce, ainda, o aumento acentuado dos combustíveis e das matérias-primas, nomeadamente os adubos. Ciente da enorme importância do setor primário na economia do Concelho, o Senhor Deputado quis saber das diligências levadas a cabo pelo executivo camarário junto do Ministério da Agricultura no sentido de acudir os agricultores do Concelho.

Intervenção da Deputada Municipal, Senhora Enfermeira Paula Xavier.

A Senhora Deputada, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, lembrou a recente inauguração do Hospital da Misericórdia de Valpaços. Uma obra de grande envergadura que nasceu do sonho e da vontade do Senhor Presidente da Câmara que com a sua capacidade de trabalho e de agregar vontades, com a ajuda da Santa Casa da Misericórdia de Valpaços, realizou uma obra que muitos consideravam impossível. Valpaços

tem hoje uma unidade de saúde moderna, funcional e com recursos humanos capacitados que orgulham qualquer valpacense.

Ainda no setor da saúde, a senhora deputada alertou para o problema dos cuidados de saúde primários, apresentando o primeiro nível de cuidados de saúde disponível para a população. Os profissionais de saúde, nomeadamente os enfermeiros, prestam cuidados contínuos e complexos ao longo da vida ao indivíduo e à sua família, a longo prazo, não se limitando a acudir a um conjunto de doenças. Os enfermeiros desempenham, ainda, um papel importante na prevenção, diagnóstico, terapêutica e gestão da reabilitação. Assim, a falta de pessoal, bem como outros constrangimentos neste nível de cuidados, poderá levar mais pessoas a recorrer aos serviços de urgência provocando situações de espera indesejadas.

A Senhora Deputada, alertou para a falta de médicos no Serviço Nacional de Saúde (SNS), que decorre de velhos hábitos da administração pública, como a falta de incentivos e as deficitárias condições de trabalho que não conseguem premiar os bons funcionários e despedir os maus. Ao invés, o setor privado oferece melhores salários e boas condições de trabalho. Relativamente ao ACSES do Alto Tâmega e Barrosos, deparamo-nos com contratações sazonais de médicos, um concurso de mobilidade de médicos que foi impugnado e a breve prazo, a aposentação de alguns médicos.

Alertou para as precárias condições da frota automóvel afetas ao Centro de Saúde de Valpaços bem como à degradação das instalações.

Por último, desejou um Bom Natal e um Feliz Ano de 2023.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Émeres, **Senhor Professor António Silva**.

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, em resposta a uma intervenção do Senhor Deputado Ivo Esteves, na passada Assembleia, relacionada com possíveis casos de bullying na escola de Carrazedo de Montenegro, o Senhor Presidente da Junta, na qualidade de coordenador daquele estabelecimento referiu o seguinte:

Primeiro: A denúncia do Senhor Deputado, nesta Assembleia, ocorreu ainda o ano letivo não tinha começado, supondo-se que os factos a que se refere dizem respeito ao ano lectivo anterior;
Segundo: Ainda que importantes e legítimas, o Senhor Presidente da Junta, aconselhou que as denúncias sejam feitas, em primeira mão, na escola de forma a poder intervir atempadamente;

Terceiro: Foi elaborado um plano de vigilância apertada que consistiu em colocar os assistentes operacionais em lugares estratégicos e incumbir os professores titulares de turma a identificar os perfis de possíveis vítimas e agressores;

Quatro: Desse plano não surgiu nenhum caso de destaque, não obstante terem sido identificados alguns perfis de possíveis vítimas e possíveis agressores. Apenas destacar um caso de acidente em contexto de recreio que levou um aluno ao hospital.

Quinto: Solicitou que façam chegar à escola qualquer situação que afete o bem-estar dos alunos. Assim, nada indica que existam episódios de bullying na escola de Carrzedo de Montenegro.

Anunciou que a Festa do Bolo Podre será no dia 5 de março de 2023, em Santa Maria de Émeres. Por último, desejou um Feliz Natal e um Ano Novo cheio de realizações.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor António Escudeiro.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

No passado domingo, 6 de novembro, assinalou-se o Feriado Municipal de Valpaços, data incontornável na nossa história. Tivemos um programa diversificado e repleto de enorme simbolismo, preparado ao mais ínfimo pormenor.

O hastear da bandeira ao som do hino nacional, interpretado pela Banda Municipal de Valpaços, marcou o início das comemorações nos Paços do Concelho, numa cerimónia que contou com a presença do ministro da saúde, Dr. Manuel Pizarro, do Executivo Municipal, dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho, Membros da Assembleia, da Fanfarra do Agrupamento de Escuteiros de Valpaços, Bombeiros Voluntários de Valpaços, entre outros convidados.

As celebrações foram seguidas de uma sessão no Auditório Arte e Cultura Luís Teixeira, onde foi apresentado um vídeo representativo do Concelho, numa referência ao passado, presente e futuro do Município.

Foram, também, distinguidos os melhores alunos do Concelho, com a entrega de prémios a cada um deles, reforçando a aposta da autarquia numa política de proximidade às escolas e no que à Educação diz respeito.

As comemorações do Feriado Municipal seguiram com a inauguração do Hospital da Misericórdia de Valpaços, momento de extrema importância para todo o Concelho, pelo serviço essencial prestado a toda a população.

Realizou-se no dia 20 de novembro, no Auditório Arte e Cultura Luís Teixeira, em Valpaços, a final do Concurso Miss Teen Portugal e MRS Portugal.

O MISS TEEN PORTUGAL é um evento oficial do Concurso Nacional de Beleza, para jovens adolescentes, com idades entre os 13 e 18 anos.

O MRS PORTUGAL é um evento oficial do Concurso Nacional de Beleza, para mulheres casadas/divorciadas/viúvas com idades entre os 18 e 38 anos; e para Mulheres solteiras com mais de 29 anos. As vencedoras ficarão selecionadas para representar Portugal, em certames internacionais de beleza.

O Senhor Deputado destacou a importância e o prestígio do certame, congratulando o executivo camarário pela visão, estratégia e principalmente pelo sentido de oportunidade.

Por fim deixou uma palavra de apreço à concorrente valpacense, Eva Loureiro, eleita Miss Teen 2022.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Enfermeiro Vitor Machado.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

No passado dia 6 de novembro, assinalamos o Feriado Municipal de Valpaços, data incontornável na nossa história, onde se destacou a cerimónia, nos Paços do Concelho, que contou com a presença do ministro da saúde, Dr. Manuel Pizarro. No seu discurso, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deixou-nos uma frase de enorme significado que vale a pena sublinhar: *“celebramos Valpaços e elevamos o nosso Município a uma dimensão que transcende a sua dimensão histórica, rumo a um futuro que pretendemos deixar aos nossos filhos como herança, da qual nos possamos orgulhar.”*

Ainda no seguimento das comemorações do feriado municipal seguiu-se a inauguração do Hospital da Misericórdia de Valpaços, momento de extrema importância para todo o Concelho, pelo serviço essencial prestado a toda a população.

Convém referir que o Hospital nasceu da vontade férrea do Senhor Presidente da Câmara com a ajuda da Misericórdia de Valpaços, a ARS-Norte e a Assembleia Municipal.

Lembrou o sofrimento provocado pelo encerramento do Hospital, em 2011, onde trabalhou, privando a população dos cuidados de saúde e levando ao desemprego dezenas de funcionários.

Destacou os benefícios da reabertura do Hospital, tanto a nível económico como ao nível dos cuidados de saúde. Frisou a importância de um acordo de Serviços de Atendimento Permanente (SAP), semelhante ao que vigorava no antigo hospital.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Fernando Pessoa.**

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Destacou a importância da reabertura do Hospital com os beneficiários que já foram apontados pelos senhores deputados que o antecederam.

Deixou, ainda, uma palavra de apreço para as cerimónias da comemoração do feriado municipal com especial destaque para as intervenções do Sr. Ministro da Saúde e do Senhor Presidente da Câmara.

Por último, desejou, a todos, umas Festas Felizes.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Carracedo de Montenegro e Curros, **Senhor António de Jesus Costa.**

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Destacou a realização da XXV Edição da Feira da Castanha Judia que decorreu em Carracedo de Montenegro, nos dias 4, 5 e 6 de novembro. O certame foi um sucesso de vendas, contando com a habitual animação. Lamentou a quebra da produção da castanha que rondará os 70%. Anunciou, ainda, que a próxima edição decorrerá nos dias 9, 10 e 11 de novembro de 2023.

Destacou a obra da Zona Industrial de Carracedo de Montenegro, cujos lotes que têm uma procura maior que a oferta, depositando confiança no Senhor Presidente da Câmara e no Senhor Vereador que saberão selecionar os melhores investimentos.

Manifestou uma grande satisfação pela construção da nova variante de Carracedo de Montenegro que tem contribuído para a segurança e conforto dos automobilistas.

Deixou uma homenagem ao piloto Luís Nunes, natural de Carracedo de Montenegro, que se sagrou, pela quarta vez, campeão nacional de montanha, levando o nome do Concelho a lugar de destaque.

Por último, desejou um Bom Natal e um Bom Ano Novo.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Veiga do Lila, **Senhor Carlos Neto**.

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Informou que nos dias 8 e 9 de outubro, decorreu, na sua freguesia uma prova de motos e carros, organizada por um clube do Minho que deixou praticamente isolada a sua freguesia, com apenas uma saída para a zona de Jou. Ora, não se opondo à realização de eventos dessa natureza e reconhecendo que a prova não é da responsabilidade do Município, gostaria que na próxima vez houvesse uma maior divulgação e coordenação, sendo asseguradas as respetivas saídas e entradas da freguesia.

Alertou para a deficiente limpeza das valetas, solicitando uma intervenção, nomeadamente para aquelas construídas em cimento.

Lamentou a falta de água em algumas casas, essencialmente por avarias na rede e não por falta de água no depósito.

Deixou ainda um alerta para a situação do depósito de água de Deimãos que continua a verter. Continuando, garantiu que o depósito de água de São Pedro, antes de encostarem a terra, também vertia.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Sebastião Vila das Neves**.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, referiu que o anterior presidente da Câmara deixou uma rede viária em perfeitas condições que agora se está a degradar, exemplificando com um troço antes da ponte do arquinho e uma curva no Crasto que se encontra em mau estado.

Nota, ainda para as valetas que, em regra, se encontram sujas e entupidas.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente à existência de alguns imigrantes brasileiros que, alegadamente, vivem em Valpaços em situação de dificuldade económica.

Desejou um Feliz Natal e um Ano de 2023 cheio de Saúde.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Dr. Ivo Esteves.**

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Não obstante as explicações do Senhor Professor António Silva, considerou que o bullying, existe, não sendo culpa de ninguém é uma realidade transversal e fruto dos tempos.

Enalteceu a inauguração do novo Hospital que veio permitir o acesso condigno a cuidados de saúde no Concelho.

Deu nota do sucesso da Feira da Castanha, enaltecendo o trabalho e o investimento levado a cabo pela Junta e pelo Município. Sublinhou a importância do certame num ano em que as quebras da produção da castanha foram muito significativas.

Por último desejou umas Boas Entradas e um Feliz Natal.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Veiga do Lila, **Senhor Eng.º Eiriz Ferreira**

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Após dois anos de interregno, realizou-se, no dia 18 de dezembro, a VI Edição da Agro-Lila – Feira Agrícola e do Azeite das Terras do Lila. O certame contou com os habituais stands para comercialização dos produtos da região, muita animação e uma montaria organizada pelo grupo “Matilheiros Unidos Solidários”, cuja receita reverteu para a APPACDM-Valpaços.

Deixou um agradecimento público ao Senhor Presidente da Câmara, pelas obras realizadas no cemitério da Veiga do Lila.

Numa lógica de partilha de equipamentos, agradeceu a construção do parque infantil.

Terminou com votos de Feliz Natal e um Bom Ano de 2023

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida.**

O Senhor Presidente Câmara, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais, e todos os presentes.

Resposta à Deputada Municipal, Senhora Dra. Isabel Barreira.

O Senhor Presidente da Câmara congratulou-se com o prémio atribuído ao Sr. Manuel Catumba, atribuído por uma instituição que bem conhece dos seus tempos de estudante, em Lisboa. Considerou, merecido o prémio e o voto de louvor aprovado nesta Assembleia.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Dr. Monsanto Glória.

O Senhor Presidente da Câmara informou que o tempo de abertura e fecho dos semáforos junto à CGD, é o mesmo. Existe, porém, uma sonda que não está devidamente configurada o que provoca alguns constrangimentos. A referida situação está em fase de resolução.

Relativamente à limpeza do muro, o Senhor Presidente da Câmara, lembrou que se trata de uma propriedade privada não, cabendo à Câmara Municipal intervir, sob pena de ser acusada de gestão danosa.

Resposta ao Presidente da Junta de Sonim e Barreiros, Senhor Professor Saúl Pessoa.

O Senhor Presidente da Câmara sublinhou a importância do “Projeto Afetos”, que leva já dezasseis anos de actividade, apoiando os idosos do Concelho nas mais variadas tarefas e actividades. Num concelho como o nosso é de extrema importância um ponto de apoio no combate à solidão e ao isolamento.

Depois de dois anos de interregno devido à pandemia da COVID-19, o Município de Valpaços voltou a reunir os idosos do Concelho com idade igual ou superior a 65 anos, num convívio de Natal no Multiusos de Valpaços.

O Senhor Presidente da Câmara deixou uma palavra de apreço e alegria pelo convívio fraterno, franco e familiar. Foi uma justa homenagem aos idosos do Concelho pelo seu contributo em prol do Concelho.

Como é do conhecimento de todos, lamentavelmente, uma parte dos participantes no almoço foi afetado por uma intoxicação alimentar. Não obstante a responsabilidade pelo ocorrido não ser do Município, o Senhor Presidente da Câmara, no dia seguinte, deu indicações aos Senhores Presidentes de Junta para acompanharem a situação de todos os participantes no evento. Mais: no dia posterior, já com os técnicos do Município refeitos do sucedido, contactaram todos os participantes no almoço no sentido de oferecer todo o apoio necessário para o bem-estar dos idosos. Dar nota de uma senhora que viria a falecer, por coincidência, após o almoço, vindo-se a comprovar que a causa da morte não estaria relacionada com o almoço.

Convém referir que as entidades competentes para o efeito, nomeadamente, saúde pública, delegado de saúde e ASAE, encontram-se neste momento em fase de averiguações para aferir as causas do sucedido.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Manuel Machado.

O Senhor Presidente da Câmara lembrou que as famílias estão a passar por uma situação muito difícil com constrangimentos financeiros muito importantes.

Alertou para a degradação da classe média que o governo que combater com apoios e subsídios que só vêm incentivar o absentismo e o desemprego. O recente apoio de 125,00€ por pessoa com rendimento bruto inferior a 2.700,00€, acrescido de 50,00€ por cada filho, dando azo às mais variadas burlas, nomeadamente um caso em Lisboa onde estavam registadas 4.000 pessoas num prédio de 4 andares. Agora vai ser atribuído mais um apoio no valor de 240,00€, que vai abranger mais um milhão de pessoas. Ora, estamos perante uma situação avulsa e populista que não resolve a raiz do problema.

O resultado destas e outras políticas do governo leva Portugal ao 20.º lugar entre os 26 países da União Europeia.

Somos, ainda, o 9.º país com os salários mais baixos da EU. Ora vejamos: um médico em início de carreira aufer 1.850,00€, um enfermeiro especialista, com 24 anos de serviço, leva para casa 1.100,00€, quando temos um salário mínimo de 760,00€. Mais: assistimos à contratação de um assessor de uma ministra, com 21 anos, a auferir 4.000,00€ mensais. Ainda, título de exemplo, o salário de um presidente da Câmara é, hoje, inferior do que era há 16 ou 20 anos.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor António Tabuada Taveira.

O Senhor Presidente da Câmara sublinhou que o Município de Valpaços foi o único de Alto Tâmega que não mereceu nenhum reparo em sede do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, referente ao ano de 2021. Deu nota que fomos efetivamente o segundo município do Distrito de Vila Real, subindo 122 posições no ranking nacional.

Mais: só não temos uma melhor classificação porque decorre um empréstimo, no âmbito do PAEL, contratualizado em 2012.

Este bom desempenho é fruto do resultado do trabalho de todos, nomeadamente da área financeira e do seu Diretor, Dr. Francisco Lavrador.

Mostrou-se preocupado com o mau ano agrícola, fruto das condições climatéricas adversas com um verão extremamente seco onde a falta de água foi o principal problema. Registam-se perdas significativas nas culturas da castanha, azeite, amêndoa e vinho, aliadas ao aumento do preço dos adubos e matérias orgânicas.

O Senhor Presidente da Câmara confirmou ter enviado uma proposta, para apoio aos agricultores do Concelho, ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro Ministro, à Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação, à Senhora Ministra da Coesão Territorial, ao Senhor Secretários de Estado da Agricultura, ao Senhor Secretários do Desenvolvimento Regional, às

Juntas de Freguesia do Concelho, às diversas associações do setor e à comunicação social. Neste âmbito, disse que recebeu apenas uma resposta do gabinete da Senhora Ministra da Agricultura a dar nota de uma medida de apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural (FEADER), cujas candidaturas estão abertas, de 12 de dezembro de 2022 e 13 de janeiro. Deu indicações para notificar as associações do setor do Concelho e divulgar a medida nas redes sociais.

A dotação orçamental global afeta aos apoios previstos é de 57,1 milhões de euros, sendo a dotação repartida do seguinte modo:

- a) Bovinos de carne - 16,0 milhões €;
- b) Ovinos ou caprinos - 10,0 milhões €;
- c) Hortofrutícola, mercado, ajustamento da oferta - 4,0 milhões €;
- d) Cereais, processamento pós-colheita, secagem - 1,0 milhões €;
- e) Culturas arvenses, hortícolas, pomares, vinha e olival - 26,1 milhões €.

Resposta à Deputada Municipal, Senhora Enfermeira Paula Xavier.

Relativamente à inauguração do Hospital da Misericórdia de Valpaços, o Senhor Presidente, destacou a qualidade dos serviços de saúde prestados, a competência dos seus profissionais, a funcionalidade e a modernidade das suas instalações. Destacou, ainda, a criação de 66 postos de trabalho assegurados pela unidade de saúde. Deu nota da crescente procura dos diversos serviços do Hospital, inclusive por pessoas fora do Concelho. Em suma, o esforço de todos os que trabalharam para que o Hospital fosse uma realidade, valeu a pena.

Deixou também uma palavra de apreço e de confiança no trabalho do Senhor Ministro da Saúde que marcou presença na cerimónia.

Concordou com a Senhora Deputada Paula Xavier, na valorização dos cuidados de saúde primários, destacando o trabalho dos enfermeiros.

Deu conta, à senhora Diretora do ACES do Alto Tâmega e Barroso, da falta de um médico no posto de saúde de Friões, obtendo garantias da resolução do problema no espaço de 15 dias.

O Senhor Presidente da Câmara, esclareceu que ainda não aceitou as competências na área da saúde porque não tem sido tratado com a devida atenção pelo poder central. Quando o setor for da sua conta, assegurou que o Centro de Saúde de Valpaços terá instalações modernas, funcionais e condignas. Deu nota do estado deplorável do parque automóvel pertença do Centro de Saúde.

Resposta ao Presidente da Junta de Santa Maria de Émeres, Senhor Professor António Augusto da Silva.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que não se pode confundir uma escaramuça normal entre alunos e o bullying, sem, no entanto, desvalorizar o fenómeno. Felicitou o Senhor Presidente da Junta que, na qualidade de coordenador do estabelecimento escolar de Carrazedo de Montenegro, montou uma operação de vigilância sem detectar qualquer caso de bullying na escola.

Congratulou-se com o regresso da Feira do Bolo Podre, sempre importante para a economia da freguesia.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor António Escudeiro.

O Senhor Presidente da Câmara lembrou a cerimónia do dia 6 de novembro, destacando as atuações da Banda Municipal, da Fanfarrinha dos Escuteiros e dos Bombeiros de Valpaços e Carrazedo de Montenegro. Deu nota de destaque à receção do Senhor Ministro da Saúde, homenageado e agraciado com a medalha da cidade.

Como vem sendo hábito, foram premiados os melhores alunos do Concelho.

Em seguida, foi exibido um pequeno filme com a apresentação das obras realizadas durante o ano.

No seguimento de uma estratégia de organização de eventos de dimensão nacional e internacional como forma de promoção e divulgação do concelho e suas potencialidades, o executivo camarário conseguiu, com muito trabalho, a organização do Concurso Nacional de Beleza que decorreu no passado dia 20 de novembro, no Auditório Arte e Cultura. O evento trouxe a Valpaços, além do staff ligado ao evento, jornalistas e espectadores.

Destaque para a valpacense Eva Loureiro que ficou no top 8 a nível nacional no concurso Miss Tenn Popular 2022.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Enfermeiro Vítor Machado.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a Câmara Municipal contribuiu com uma verba superior a 2.000.000,00€ para a construção do novo hospital, continuando a contribuir na aquisição de equipamentos de ponta, conforme compromisso assumido ente o Município e a Santa Casa.

Deixou, em primeira mão, a intenção de ampliar as instalações do hospital, nomeadamente no serviço de internamento.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Fernando Pessoa.

O Senhor Presidente da Câmara considerou já ter respondido em anteriores intervenções.

Resposta ao Presidente da Junta de Carrazedo de Montenegro e Curros, Senhor António de Jesus Costa.

O Senhor Presidente da Câmara congratulou-se com o sucesso da Feira da Castanha Judia. Não obstante o retorno, referiu que o custo da organização do certame superou os 100.000,00€.

Relativamente à zona industrial de Carrazedo de Montenegro, deixou a garantia que todos os potenciais candidatos à aquisição de lotes vão ser devidamente apreciados e escrutinados pelo Departamento de Urbanismo do Município, a fim de evitar especulação e criação de estaleiros.

Referiu que as obras de requalificação da nova variante, inteiramente custeada pelo Município de Valpaços, têm recebido muitos elogios.

Deixou uma palavra de apreço ao piloto Luís Nunes, um verdadeiro campeão, patrocinado pela autarquia, que se sagrou novamente campeão nacional de montanha.

Resposta ao Presidente da Junta de São Pedro de Veiga do Lila, Senhor Carlos Neto.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a prova a que se refere é de âmbito nacional, terá realização anual e terá lugar nos Concelhos de Valpaços e Murça. Lamentou o sucedido, referindo que irá desenvolver as devidas diligências para que não se volte a repetir o constrangimento.

Relativamente ao problema das valetas, alertou para a prática de alguns agricultores que lavram e viram os seus tratores em cima das mesmas provocando, por si só, entupimentos das mesmas com terra e pedras. O trabalho de limpeza terá lugar logo que as condições climatéricas o permitirem.

Relativamente à falta de água, o Senhor Presidente da Câmara, pediu para se contar a verdade toda. Lembrou que os técnicos do Município se deslocaram à freguesia de São Pedro da Veiga de Lila e pediram ajuda ao Senhor Presidente da Junta no sentido de localizar as fugas e hipotéticos furtos de água. Mais, lembrou que os furtos de água ocorrem maioritariamente durante a noite, aos quais a junta deve estar atenta, à semelhança de outras freguesias que fazem esse controlo.

Relativamente à perda de água do depósito, o Senhor Presidente da Câmara lembrou que a obra está dentro da garantia, pelo que o empreiteiro terá que proceder à correção dos defeitos.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Sebastião Vila das Neves.

O Senhor Presidente da Câmara realçou que esta intervenção era necessária porque já colocava em perigo as viaturas que por ali passam.

Efectivamente ao Senhor Presidente da Câmara foi informado, pelo vereador do PS, em sessão de Câmara, que residiam no edifício Valparaíso uma ou duas famílias de imigrantes brasileiros que estariam a passar dificuldades. Imediatamente fez deslocar uma equipa do Serviço Social do Município para acudir à situação. Não deixou de realçar, porém, que existem cidadãos do Concelho que também passam dificuldades e não podem deixar de ser auxiliados.

Resposta ao Presidente da Junta de Veiga do Lila, Senhor Eng.º Carlos Eiriz.

Deu nota do sucesso da Feira Agro-Lila, destacando a Montaria. Considerou que as obras, recentemente, efetuadas na freguesia visam o bem-estar da população.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Por conveniência de agenda, o Senhor Presidente da Assembleia, concedeu a palavra ao Primeiro Secretário da Comunidade intermunicipal do Alto Tâmega e Barros, Senhor Professor Doutor Ramiro Gonçalves.

2) Ponto da situação das atividades desenvolvidas no ano 2022, pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

O Senhor Primeiro Secretário da CIM-AT, congratulou-se pela alteração do nome da Comunidade que passa a incluir a designação “Barroso”. Tem vantagens a nível da geolocalização e do próprio conceito de pertença das gentes do Barroso.

Elencou uma série de atividades desenvolvidas pela Comunidade com destaque para:

- A ordenação da floresta e o combate aos fogos rurais;
- Os desafios na implementação de uma rede de transportes públicos numa zona extensa e de baixa densidade populacional;
- O Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água (AQUAVALOR), que permite actualmente, aceder aos fundos europeus, que outrora não era possível;
- A dinâmica do turismo na região com destaque para o Posto de Turismo do Alto Tâmega que procura promover o território de uma forma integrada, na persecução de uma maior valorização do setor;
- No domínio da cultura, destaque para o apoio a várias entidades da região, nomeadamente 20 bandas e grupos musicais, 18 ranchos folclóricos, 4 grupos de teatro e 5 escolas de dança. Esta iniciativa permitiu perceber a excelente e qualidade dos nossos artistas;

- Relativamente ao trabalho mais importante da CIM – a gestão dos fundos do Quadro Comunitário de Apoio – o Senhor Primeiro Secretário sublinhou a deficitária captação de fundos para a região por falta de capacitação de empresas e instituições. É necessário e urgente a capacitação das instituições e criação de outras vocacionadas para a captação dos envelopes financeiros disponíveis;

- A CIM-ATB, conjuntamente, a CIM do Cávado, a CIM do Alto Minho e a província de Ourense, na Galiza, constituíram um Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) para dinamizar a primeira e única Reserva Mundial da Biosfera Gerês-Xurés entre Portugal e Espanha. O Município de Montalegre é o único, da CIM-ATB, inserido na iniciativa porque incorpora parte do parque Peneda Gerês.

O novo instrumento servirá para realizar projetos conjuntos e desenvolver ações que lhe permita candidatar-se a programas de instrumentos comunitários no âmbito da Cooperação Territorial Europeia, com especial enfoque nos programas de cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha”.

O futuro AECT pretende promover “o património natural e cultural transfronteiriço, a internacionalização do território de intervenção o seu desenvolvimento sustentável”, tornando aquele espaço “mais atrativo para viver, trabalhar, investir e visitar”.

Despediu-se com a certeza que os indicadores são melhores hoje do que há 5 anos, na certeza que muito ainda há por fazer. Desejou um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos interessados.

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Senhor Dr. Amílcar Almeida.

O Senhor Presidente da Câmara, sublinhou as injustiças na distribuição dos fundos de coesão, atribuídos sem critério plausível, beneficiando sempre os mesmos e prejudicando os do costume. Referiu que as sub-regiões de Trás-os-Montes e Alto Douro perderam metade da população nos últimos cinquenta anos, muito por culpa das más práticas dos sucessivos governos. Indignou-se pela forma como os Fundos do Quadro Comunitário de Apoio são distribuídos, definidos pelas grandes áreas metropolitanas, prevalecendo as suas prioridades e esquecendo os territórios do interior. Com a insuficiência das verbas adstritas às transferências de competências, os municípios ver-se-ão obrigados a utilizar os fundos comunitários para encargos nas áreas da Saúde, Educação e Ação Social que deveriam ser da responsabilidade do governo central. Convém referir que competências em apreços são impostas aos municípios, comportando verbas

para obras pré-definidas, que os municipais não solicitaram e que são obrigados a compartilhar em 15% do seu montante.

Em tempos outra medida incompreensível resultou da atribuição de fundos ao abrigo do programa PEDU, que contemplou Macedo de Cavaleiros com 7.000.000,00€, Chaves com 10.000.000,00 e Bragança com 17.000.000,00€. Efetivamente não se percebe, quando o Concelho de Valpaços tem mais população e uma maior área geográfica do que o Concelho de Macedo de Cavaleiros.

A título de exemplo, informou que o Governo criou recentemente uma nova NUT, especificamente, para a península de Setúbal porque, no seu entender, está pouco desenvolvida. Perguntou: e então Trás-os-Montes e Alto Douro não merecem, por parte do Governo, um olhar mais atento?

Outra vergonha situa-se ao nível dos transportes públicos, onde municípios como Cascais têm transportes gratuitos, quando a nossa região tem falta de carreiras publicas que sirvam integralmente a população.

Alertou que o programa 2030 vai ser pior que o programa 2020, para a nossa região no que concerne a investimento público.

Em nome próprio, do executivo e de todos os valpacenses, desejou ao Senhor Professor Ramiro Gonçalves um Feliz Natal e um Bom Ano de 2023.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Sebastião Vila das Neves.

O Senhor Deputado começou por cumprimentar o Senhor Professor Ramiro Gonçalves pelas instalações da “Aquavalor” e pela excelência dos seus serviços, fazendo votos para que se estenda a Valpaços.

Questiona a falta de um projeto, no âmbito da ferrovia, que ligue a região a A Gudina, em Espanha.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara pela não atribuição de fundos do âmbito do PEDU, visto que Macedo de Cavaleiros e Bragança não são socialistas.

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Senhor Dr. Amílcar Almeida.

O Senhor Presidente da Câmara, esclareceu que essa distribuição de verbas aconteceu antes do seu mandato e foi, ao que tudo indica, discutida e traçada à mesa de um restaurante, entre amigos.

Relativamente à ferrovia, esclareceu que fizeram chegar ao Governo a necessidade de uma ligação a A Gudina, ao que nos responderam que a ferrovia só estava disponível para as capitais de distrito, chegando a Bragança e Vila Real em 2050.

Sublinhou a importância de uma via de ligação Montalegre/Chaves/Valpaços, assim como a aposta no ensino superior, em Valpaços,

1 – Informação do Presidente da Câmara.

Considerando que a alínea c) do n.º 2 do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro estabelece que a Assembleia Municipal aprecia em cada uma das suas sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da Câmara Municipal acerca da situação financeira do município;

Considerando que o n.º 4 do artigo 35º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro refere que a informação do presidente da Câmara deve fazer referência ao saldo e ao estado das dívidas a fornecedores, às reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.

Levo ao vosso conhecimento, uma síntese da situação financeira do município de Valpaços, reportada a 30 de novembro de 2022.

1 – Disponibilidades

O saldo das disponibilidades em 30 de novembro de 2022 era de 6.039.661,74 euros, dos quais 5.489,43 euros encontravam-se nas caixas das tesourarias (tesouraria principal e serviço de águas) e 6.034.172,31 euros em contas bancárias tituladas em nome do município.

Do total das disponibilidades existentes em bancos, 1.163.648,82 euros, dizem respeito a garantias e cauções prestadas no âmbito da execução de fornecimentos e obras públicas.

2 – Responsabilidades perante terceiros

No final do mês de novembro a dívida a fornecedores era de 56.904,34 euros, integralmente devida a fornecedores de conta corrente e 48.626,14 euros (A dívida a fornecedores de investimento era inexistente).

Ao nível dos empréstimos, a dívida era de 2.171.854,46 euros, a título de empréstimos de M/L prazo, o que já inclui o empréstimo no âmbito do PAEL, cujo capital em dívida à data era de 765.404,76 euros.

3 – Endividamento

O limite da dívida total para o município para o ano 2022, calculada nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é de 23.094.581,71 euros, e a capacidade de endividamento para o ano 2022, com base no fecho de contas do ano 2021, é de 7.902.763,08 euros.

No final do mês de novembro, a capacidade de endividamento utilizada fixou-se nos 2.348.200,87 euros, excluindo eventuais dívidas das entidades relevantes para efeitos de limite da dívida total, estando, assim, disponível a margem de 5.554.562,21 euros.

4 – Execução orçamental da receita e da despesa

Ao nível da execução orçamental da receita e da despesa, o orçamento inicial do município para o ano 2022, previa um total de receitas e despesas de cerca de 19,7 milhões de euros.

Fruto da receita legalmente consignada, introdução do saldo da gerência de 2021 e das verbas inerentes ao pacote financeiro da descentralização administrativa, passaram as dotações corrigidas para 26.980.044,19 euros.

Em novembro, a receita cobrada bruta fixou-se nos 26.027.930,23 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 95,4%.

O total das receitas correntes brutas cobradas fixou-se em 16.341.244,83 euros (taxa de execução de 94,8%) e a receita de capital em 3.557.250,27 euros (taxa de execução de 90,3%).

Ao nível das despesas, foram pagos 13.406.034,05 euros (taxa de execução de 82,42%) de despesas correntes e 7.488.357,30 euros (taxa de execução de 69,89%) de despesas de capital, perfazendo um total de despesas pagas de 20.894.391,35 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 77,44%.

Os compromissos assumidos até ao final do mês de novembro para a gerência de 2022, importam em 26.177.736,42 euros, dois quais foram pagos 20.894.391,35 euros, estando assim por pagar 5.283.345,07 euros.

No tocante à execução do Plano Plurianual de Investimentos, o total dos compromissos assumidos até novembro importam em 9.105.300,37 euros, tendo sido pagos a importância de 6.190.817,94 euros, estando assim por pagar 2.914.482,43 euros.

O saldo para novos cabimentos, era no final de novembro de 113.126,82 euros, estando assim o PPI cabimentado em 98,77% da sua dotação disponível.

A execução financeira do PPI no final do mês de novembro era de 67,16 %.

5 – Equilíbrio orçamental

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, no seu artigo 40º estabelece a regra do equilíbrio orçamental.

No equilíbrio orçamental a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

No final de novembro de 2021, o equilíbrio orçamental tinha o seguinte comportamento:

REGRAS ORÇAMENTAIS

<u>Artigo 40º</u>		
	Valor	Validação
Receita corrente bruta cobrada	16.341.244,83	Cumpre - mg. 2.466.251,64
Despesa corrente paga	13.406.034,05	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	468.959,14	

6 – Processos judiciais em curso

Ao nível dos processos judiciais que contra o município incorrem, para além dos processos movidos pela Águas de Trás-os-Montes (Atualmente Água dos Norte) nos quais são reclamados consumos mínimos e respetivos juros, há outros processos que aguardam decisão judicial, são eles:

ANO	PROCESSO	VALOR EM DISCUSSÃO	DECISÃO JUDICIAL	OBS
2013	255/13.0BEMDL	799.722,72	Não	ATMAD – Consumos mínimos, faturas e juros de mora
2014	124/14.7BEMDL	904.006,56	Sim	ATMAD – Consumos mínimos, faturas de saneamento e juros de mora
2014	309/14.6BEMDL	275.000,00	Não	Manuel Carlos Bruno - Acidente no âmbito do evento «VIII passeio de cicloturismo rota do foliar» realizado em 28/03/2010
2015	22/15.7BEMDL	860.555,79	Não	ATMAD – Consumos mínimos e juros de mora
2016	429/15.0BEMDL	989.910,69	Não	ATMAD – Consumos mínimos e juros de mora
2018	178/18.7BEMDL-B	Direito de propriedade	Não	Antiga escola do Pereiro – Direito de propriedade
2021	139/21.9BEMDL-TAF	5.000,01	Não	Danos causados no âmbito da construção da casa mortuária de Rio Torto
2022	194/22.4T8VPC	22.638,90	Não	Custódio Pereira Areias Tender, S.A. – Reposição de equilíbrio financeiro de contrato de empreitada – Bairro 1º de Maio – Requalificação Urbana

TOTAL DOS VALORES EM DISCUSSÃO	3.856.834,67
--------------------------------	--------------

7 – Apoios às juntas de freguesia

Até ao final do mês de novembro, a câmara municipal deliberou apoios monetários no âmbito do regulamento de apoio às juntas de freguesia, dentro das possibilidades das finanças autarcas, no montante global de 608.694,88 euros.

8 – Obras em execução

Trazemos em execução 16 empreitadas adjudicadas no montante global de 6.252.101,86 euros, tendo já sido executados 1.945.737,85 euros (31%), estando por executar 4.306.364,01 euros.

Nome da Obra	Compromisso			Firma Adjudicatária	Trabalho executado	Trabalho a Executar	
	N.º	Data	Valor				
Requalificação da praia fluvial de Miradases/Rio Torto (Praia Fluvial de Rio Torto)	1897	02/06/2021	443 363,55	Tâmega Trans , Lda.	163 259,09	280 104,46	Último Auto n.º 7
Construção de percurso ciclável e pedonal na cidade de Valpaços-Colmatação-Fase II	2276	24/06/2021	764 272,72	ASG - Construções e Granitos, Lda.	669 953,30	94 319,42	Último Auto n.º 26
Construção percurso ciclável e pedonal em Carrzedo de Montenegro	2546	15/07/2021	1 355 740,00	Anteros Empreitadas	824 982,89	530 757,11	Último Auto n.º 20
Cobertura do Polidesportivo do Centro Escolar de Valpaços - Cobertura do passadiço, caleiras e campo de jogos	3852	25/11/2021	110 377,80	MWT-METALWORKING TECHNOLOGIES, LDA	71 104,80	39 273,00	Último Auto n.º 6
Saneamento em Sonim	1148	31/03/2022	114 432,72	Custódio Pereira Areias Tender, S. A.	23 051,77	91 380,95	Último Auto n.º 1
Parque de Lazer da Ribeira da Levandeira	1445	29/04/2022	1 277 357,99	ASG - CONSTRUÇÕES E GRANITOS, LDA.	75 621,46	1 201 736,53	Último Auto n.º 3
Construção de edifício para atividades culturais e recreativas em Serapicos	1913	26/05/2022	69 770,49	Engivalmendes - Construção Civil e Soluções de Engenharia, Lda	15 857,67	53 912,82	Último Auto n.º 2
Parque de lazer da Ribeira da Levandeira Nascente	1939	30/05/2022	877 846,76	ASG - CONSTRUÇÕES E GRANITOS, LDA.	19 442,52	858 404,24	Último Auto n.º 2
Construção ou beneficiação da rede de águas residuais em Valpaços	2070	08/06/2022	148 200,56	Gaspar Rodrigues, Construção Civil e Obras Públicas, Lda.	2 575,00	145 625,56	Último Auto n.º 1
Remodelação da Escola EB 2,3 Júlio do Carvalhal - 2ª Fase	2131	09/06/2022	246 764,67	Engivalmendes-Const. Civil e Soluções de Engenharia, Lda.	46 063,96	200 700,71	Último Auto n.º 4
Arranjo urbanístico do largo das festas em Argeriz - 2ª fase	2454	08/07/2022	148 540,24	André Rodrigues Ribeiro Construções Soc. Unip. Lda.	4 040,83	144 499,41	Último Auto n.º 1
Reconversão da antiga escola primária de Possacos em alojamento local - 2ª Fase	2718	25/07/2022	131 188,31	António & João Teixeira, Lda.	29 784,56	101 403,75	Último Auto n.º 1
Arranjo da envolvente à antiga escola primária de Água-Revés - Fase II	2950	22/08/2022	50 206,58	Engivalmendes - Construção Civil e Soluções de Engenharia, Lda.	0,00	50 206,58	Não iniciada
Requalificação da antiga escola primária de Vilarandelo	3108	06/09/2022	482 300,00	SOTERRA, LDA	0,00	482 300,00	Não iniciada
Parque infantil da Formiga (Sombreamento e arranjo envolvente)	3305	03/10/2022	19 027,00	Domo Fun Grass Portugal, Lda.	0,00	19 027,00	Concluída
Remodelação do Pavilhão Desportivo da Escola Prof. Ribeirinha Machado (Beneficiação de infraestruturas)	3646	08/11/2022	12 712,47	Proton Cuarzos, Lda.	0,00	12 712,47	Em fase de conclusão

Das 16 empreitadas, 4 ainda não tiveram qualquer execução financeira até ao final do mês de novembro.

9 – Proteção Civil

- Vai ser brevemente assinado um Contrato Programa entre o Município de Valpaços, o ICNF e o Fundo Ambiental, no valor de 219.238,50€, financiado a 100%, com vista ao Desenvolvimento técnico das ações de estabilização de emergência, nas freguesias afetadas pelo incêndio que deflagrou a 18 Julho.

Área total de intervenção: 1439 ha

Freguesias abrangidas: Carrazedo de Montenegro e Curros, Canavezes e Santa Maria de Émeres.

Acções a desenvolver:

- ✓ Recuperação de infraestruturas afetadas;
 - ✓ Controlo de erosão, tratamento e proteção de encostas;
 - ✓ Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação das linhas de água ;
 - ✓ Diminuição da perda de biodiversidade.
-
- Foram comunicadas, Serviço Municipal de Protecção Civil, desde o dia 1 de janeiro, 2122 queimas de sobrantes, sendo posteriormente encaminhadas para a GNR e Bombeiros.
 - Foram destruídos, no ano de 2022, 124 ninhos de vespa velutina.
 - Dados estatísticos dos fogos rurais no Concelho de Valpaços (2022):
 - Área ardida total – 2823,46 ha
 - N.º total de ocorrências – 102
 - Valor despendido máquina de rastos – 2 200€
 - Transferências para as Associações Humanitárias do Bombeiros Voluntários do concelho de Valpaços.

EIPs – Valpaços (2); Carrazedo de Montenegro (1) – Total 75 758,58€

Veículos – 75 000,00€

Protocolos – 86 340,00€

Fardamento – 19 171,35€

Apoio extraordinário (abastecimento de água) – 20 000,00€

Donativo EHATB – 32 000,00€

TOTAL – 308 269,93€

BV Valpaços – 22 5816,07€;

BV Carrazedo de Montenegro 82 453,86€

10 - Outros assuntos

- Foram realizados 2402 serviços no espaço de Cidadão, ao longo do ano de 2022.
- Desde 1 de Janeiro até à presente data, foram emitidas 74 licenças de construção.
- Passaram na Casa do Vinho, ao longo do ano de 2022, 4032 que geraram um volume de negócios de 22.361,73€.

- O Gabinete de Promoção ao Investimento realizou 405 atendimentos, no período de janeiro até à presente data.
- Como vem sendo hábito, as piscinas municipais interiores que fecharam durante o verão aquando da abertura das piscinas exteriores. Devido a falta de água as piscinas interiores não foram esvaziadas pelo que aquando da sua reabertura, no final do verão, foi detectada uma bactéria que impossibilitou a sua utilização. Foi contratada uma empresa especializada que está a levar a cabo uma operação complexa de limpeza e desinfecção de todas as infra-estruturas para que, em segurança, as piscinas sejam reabertas, previsivelmente durante o próximo mês de janeiro.
- Decorreu no Centro de Congressos do Vidago Palace Hotel, com a presença da Secretária de Estado, Isabel Ferreira, a quarta edição do Aqua Fórum que tem a água como elemento agregador.
- Decorreu na passada sexta-feira, dia 3 de dezembro, na Sala Península do Hotel Casino de Chaves, a IVª edição da Gala do Empreendedorismo e das Empresas do Alto Tâmega. A iniciativa da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIMAT), em parceria com a EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso teve como objetivo distinguir e reconhecer os participantes da 4ª edição do Concurso de Ideias do Alto Tâmega e Barroso de 2022 e as Empresas e Organizações do Alto Tâmega e Barroso que, ao longo de 2021 e 2022, valorizaram o território, quer através da captação de fundos europeus, quer contribuindo para a visibilidade do mesmo.
- Na edição deste ano não foram dados a conhecer os vencedores do Concurso de Ideias do Alto Tâmega e Barroso, em virtude de o processo de capacitação ter iniciado mais tarde e, por tal, ainda não estarem reunidas as condições para a avaliação final. Contudo, foram apresentados os seis projetos que estão a participar nesta 4ª edição do Concurso, a saber: “Torrão da Terra”, “Novos Sabores”, “Kura Alma”, “Strong Spirit”, “Natur Supreme” e “Fishing with life”. O Município de Valpaços esteve representado no evento pelos Vereadores Jorge Mata Pires e Teresa Pavão. No total, 18 empresas/organizações do Concelho foram premiadas nas seguintes categorias:

Investimento (+ CO3SO e PAPN)

- Década Plena, Lda.
- Gráfica Amendoeira, Unipessoal Lda.
- Maria Argentina Gomes dos Santos Abrantes

Gestão (PME-Líder)

- Adalchimia, Lda.
- Agromontenegro, Lda.

- Grudafil - Comércio de Materiais de Construção, Lda.
- Luzimar - Comércio de Eletrodomésticos, Lda.
- Moutinho & Lopes, Lda.
- Rodovit - Transportes, Unipessoal, Lda.

Visibilidade

- Adega Cooperativa de Valpaços, Caves de Valpaços
- Cooperativa de Olivicultores de Valpaços, C.R.L.
- Delectatio – Import/Export
- Encostas de Sonim - Sociedade Agrícola Encostas de Sonim, Lda.
- Mel Santa Maria – Produtor: MSM – Apicultura Lda.
- Quinta do Sobreiró de Cima SAC, SA.
- Santa Casa da Misericórdia de Valpaços
- Vinho De Sousa- Luís Filipe Carvalho de Sousa
- Coopaços – Cooperativa Agrícola de Valpaços

Mérito

- Adega Cooperativa de Valpaços, Caves de Valpaços
- Foi, recentemente, publicada a lista das 500 maiores empresas de Trás-os-Montes, sendo o Intermeché a empresa melhor classificada do Concelho no sexagésimo segundo lugar.
- Carolina Rendeiro, cônsul honorário de Portugal em Miami, visitou o Concelho no passado dia 19 de Outubro, tendo sido recebida pelo Executivo Municipal. O périplo pelo concelho começou com a receção no salão nobre dos Paços do Concelho. O Senhor Presidente da Câmara, acompanhou a visita da Cônsul Honorária de Portugal em Miami, já no dia anterior, aquando da sua chegada ao território sendo recebida pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIMAT). A Cooperativa de Olivicultores de Valpaços e a Adega Cooperativa de Valpaços, bem como a empresa dedicada à transformação de castanha, na zona Industrial de Carrazedo de Montenegro foram os primeiros locais a serem visitados. Ao final do dia, a Cônsul Honorária de Portugal em Miami, sempre acompanhada pelo Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, esteve reunida, na Casa do Vinho, com empresários do setor primário, ligados ao vinho, ao azeite, à castanha, entre outros. Esta reunião e visitas pelo território têm por objetivo apresentar as várias potencialidades da região e criar redes de networking favoráveis à sua dinamização, alinhando-se assim com a estratégia de desenvolvimento e projeção da mesma a nível internacional.
- O Rosmaninho, da Cooperativa de Olivicultores de Valpaços, dignificou mais uma vez o nome do Concelho, arrecadando 5 prémios no OLIVINUS 2022, sendo considerado o

melhor azeite de Portugal e um dos melhores do mundo. O Rosmaninho Cobrançosa, com a Medalha de Grande Prestígio Ouro, e o Rosmaninho Praemium, com a Medalha Grande Prestígio Ouro, Melhor de Portugal, Melhor “Blend” (Mistura), e Top 20 a nível mundial, estiveram em destaque na Argentina. O 16.º Concurso Internacional de Azeite Virgen Extra - OLIVINUS 2022 – contou com mais de 220 azeites de 22 países de todo o mundo. As provas dos mais de 30 jurados terminaram a 21 de setembro, tendo sido agora divulgados os resultados do concurso que é considerado um dos TOP 5 da competição internacional de EVOO de acordo com o EVOO World Ranking. Trata-se de um concurso onde todos os azeites são submetidos diretamente pelos produtores e não por importadores/distribuidores. O destaque tem sido, sem dúvida, a mais alta qualidade dos produtos apresentados de todo o mundo. A pontuação máxima alcançada no concurso foi de 99 pontos e o Azeite Rosmaninho Praemium alcançou 98 pontos nos quatro prémios que lhe foram atribuídos. O OLIVINUS é considerado um dos concursos mais prestigiados do mundo, a par da TerraOlivo (Jerusalem- Israel), Nova Iorque e EVO-IOOC (Itália).

- Dada a comprovada qualidade do nosso azeite, o Senhor Presidente da Câmara, mostrou preocupação numa maior valorização do azeite face à qualidade alcançada nos últimos anos, com benefícios para a Cooperativa e para os olivicultores.

No seguimento do assunto relacionado com o azeite, o **Senhor Deputado Paulo Ribeiro**, na qualidade de Presidente da Direção da Cooperativa dos Olivicultores, solicitou a palavra, que lhe foi concedida pelo **Senhor Presidente da Assembleia**.

Intervenção do Senhor **Deputado Paulo Ribeiro**.

O Senhor Deputado, esclareceu que a Cooperativa paga a azeitona conforme o rendimento, não havendo nenhum lagar no Concelho que pratique melhores preços.

Afirmou que “o azeite não está assim tão barato”. Acrescentando que, na sua maioria, os associados estão satisfeitos. Se assim não fosse, esta direção já não estaria em funções.

Em seguida, o **Senhor Presidente da Câmara, Dr. Amílcar Almeida**, solicitou a palavra para um esclarecimento, que lhe foi concedida pelo **Senhor Presidente da Assembleia**.

Intervenção do **Senhor Presidente da Câmara, Dr. Amílcar Almeida**.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que nunca pôs em causa a gestão da atual direção da cooperativa.

Intervenção do Senhor **Deputado Paulo Ribeiro**, para um esclarecimento.

O Senhor Deputado, referiu que os produtores continuam a plantar olival e mostram-se interessados em continuar na cooperativa, é porque as coisas não estão mal.

Retomando o desenrolar do ponto 1 da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara, referiu que o projeto do reservatório de Maceiras se encontra na Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com boas perspectivas de êxito.

Por último, foi apresentado um pequeno vídeo com as obras mais emblemáticas.

3 – Apreciação do parecer do auditor externo sobre a situação económica e financeira no final do 1.º semestre de 2022.

Como habitualmente acontece, o auditor externo responsável pela Revisão e Auditoria às demonstrações financeiras da autarquia e por forma a dar cumprimento ao disposto na alínea d) n.º 2 do artigo 77º da Lei 73/2013, remete semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo, um relatório com a informação relevante sobre a situação económica e financeira do Município. Assim, os órgãos autárquicos estão informados por entidade externa e independente, do desempenho económico-financeiro da Câmara Municipal, onde destacamos os aspetos mais relevantes reportados ao final do 1º semestre do ano 2022:

- A informação económica e financeira prestada pelo Município de Valpaços, compreende o balanço, que evidencia um total de ativo líquido de 101.829.680 euros e um total de património líquido de 94.010.644 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1.708.681 euros.
- Os valores evidenciados na informação económica e financeira neste 1º semestre de 2022, traduzem os efetivos movimentos ocorridos no período, embora algumas rubricas possam apresentar características de sazonalidade, cujas estimativas são condicionadas por fatores externos ao Município.
- Em resultado das averiguações efetuadas, relata o revisor que da análise e testes feitos aos vários elementos de gastos e rendimentos registados no período em análise, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo, constatou-se o seu cumprimento.
- As transferências oriundas do Orçamento do Estado destinadas a investimentos para o Município no montante de 676.242 euros, foram relevadas na rubrica apropriada de acordo com o novo normativo (SNC-AP).
- A rubrica “Outras contas a receber” inclui 1.229.528 euros resultante do valor estimado do IMI do 1º semestre de 2022 que apenas será recebido em 2023, no montante de 765.193 euros e a

verba remanescente, ou seja, 464.335 euros dizem respeito ao IMI de 2021 a receber ao longo do 2º semestre do ano de 2022.

- O Município de Valpaços não registou, contabilisticamente nos anos 2011, 2012, 2013 e 2014, 5 faturas emitidas pelas “Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.” (atual Águas do Norte, S.A.), no valor de 2.895.840,76, por as considerar como “Passivo Contingente”. Estas faturas deram origem a processos que decorrem no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

Cabe informar esta Assembleia, que a 23 de setembro de 2022, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela decidiu pela absolvição do réu, Município de Valpaços, no processo n.º 124/14.7BEMDL, em relação ao pagamento de faturas de consumos mínimos. De referir ainda, que no âmbito da referida sentença, o município foi condenado a pagar 53.141,90 euros. Imediatamente diligenciamos junto das Águas do Norte no sentido de celebrarmos um entendimento (acordo), atendendo que as Águas do Norte nos devem cerca de 107 mil euros, fruto da ocupação do nosso terreno onde atualmente está implantada a ETAR de Valpaços e o ressarcimento dos consumos de energia elétrica dos quais as Águas do Norte fizeram uso nas bombagens para os seus depósitos. Aguardamos a feitura do referido acordo.

- Como é referido no “Anexo às demonstrações financeiras”, o Município de Valpaços liquidou em 2011, à empresa “Águas de Trás os Montes e Alto Douro, S.A.”, taxas no montante de 557.315,92 euros. A empresa impugnou judicialmente tal liquidação, no entanto no 1º semestre de 2022 foi notificado o Município de Valpaços e a empresa “Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.”, para que esta procedesse ao pagamento da liquidação das referidas taxas municipais, acrescidas de juros de mora, contabilizando um montante total de 879.520,92 euros. Dizer que as Águas do Norte solicitaram o pagamento em três prestações, tendo já sido recebidas duas.

- O balanço apresenta uma variação positiva do Ativo, comparativamente a dezembro de 2021, no montante de 1.582.626 euros. Passou de 100.247.054 euros para 101.829.680 euros.

- A variação positiva ocorrida no Passivo foi de 198.091 euros. O passivo total de 7.620.945 euros em 31 de dezembro de 2021, passou para 7.819.036 euros em junho de 2022.

- A variação global do Património Líquido foi positiva em cerca de 1,4 milhões de euros, comparativamente a 31 de dezembro de 2021.

- Relativamente à demonstração de resultados por natureza, os rendimentos totais mantiveram-se idênticos comparativamente a junho de 2021.

- Os gastos globais diminuíram cerca de 300.000 euros, comparativamente a igual período de 2021, embora se tenha verificado um aumento das rubricas “Fornecimentos e serviços externos” e “Gastos com o pessoal” em cerca de 500.000 euros e 400.000 euros, respetivamente, resultado das novas delegações de competências atribuídas ao Município em 2022.

- Quanto à execução do orçamento, da análise aos mapas “Demonstração orçamental da receita” e “Demonstração orçamental da Despesa”, deve reparar-se que as taxas de execução a 30 de junho de 2022 atingiram 61,14% e 38,29% da receita e despesa anual orçamentada, respetivamente. Os compromissos assumidos no final do 1º semestre de 2022 elevam-se a 23.045.145 euros, correspondendo a 85,42% das despesas orçadas.
- Por fim referir que na elaboração do orçamento foi cumprido o princípio do equilíbrio orçamental.

4 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2023.

Senhores membros desta Assembleia Municipal,

Todos somos conhecedores que vivemos tempos de convulsão, desde as alterações climáticas, a uma guerra na Europa, das ameaças constantes à paz e aos valores da democracia, à instabilidade económica e social e incertezas quanto ao futuro da nossa sociedade e dos valores europeus. A ordem mundial parece querer inverter-se, o que certamente, mais tarde ou mais cedo irá acabar por acontecer. Os valores da família, da educação social, da humildade, do respeito pelos outros, têm-se esfumado de geração em geração.

Cabe as entidades que fazem parte do perímetro do Estado, onde se incluem as Autarquias Locais, ter cada vez mais um papel preponderante em suprir necessidades e carências coletivas, estando na linha da frente, e muitas das vezes de forma isolada, no combate ao isolamento, às carências sociais, à criação de emprego, em proporcionar cuidados de saúde à população, transportes públicos, caso não fosse o esforço das autarquias, muitas aldeias já não teriam a carreira pública. No apetrechamento de escolas, que desde que a competência passou a ser municipal, as portas, as fechaduras, os vidros, o aquecimento, a internet e o fornecimento de alimentação, passaram a ser uma preocupação constante e motivo de abordagem dos pais e encarregados de educação ao Presidente da Câmara.

As pessoas são cada vez mais exigentes na reivindicação e como o poder local está mais próximo das pessoas, torna-se mais fácil abordar e exigir o que até ali não tinham ou era-lhe difícil conseguir.

Todavia os recursos são escassos e limitados, e o autarca tem o papel de a todos acudir, e de gerir de forma eficiente, eficaz e racional os dinheiros públicos, os recursos de todos os valpacenses. Acreditem que é uma tarefa hercúlea, pois por mais vontade que tenhamos, não é possível satisfazer todos os pedidos das nossas juntas de freguesia.

Todos foram ouvidos e todos serão certamente atendidos.

De louvar a primeira participação do Partido Socialista, pois entendeu, e bem, dar as suas achegas ao Orçamento Municipal. Achegas essas que foram contempladas nos documentos previsionais para a gerência de 2023.

Contaremos, no próximo mês de fevereiro, trazer a este órgão a 1ª Revisão ao Orçamento, onde se incrementará o Orçamento da Receita, ao que prevemos, em cerca de 4 milhões de euros, o que permitirá a realização de muitas empreitadas que vão ao encontro do desejado pelos Srs. Presidentes de Junta, para atenderem às principais necessidades das suas populações.

O orçamento do município, como expressamente se refere no seu relatório, assenta na previsão anual das receitas e das despesas. Essa previsão aponta para um total de receitas e despesas de 20.453.668 euros (19.723.385 euros em 2022).

A previsão das receitas e das despesas está devidamente explanada no relatório ao orçamento, onde se dá explicação detalhada a cada rubrica orçamental em observância às regras estabelecidas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

A receita corrente prevista cifra-se nos 17.533.519 euros (15.588.517 euros em 2022) e a receita de capital em 2.920.149 euros (4.134.868 euros em 2022).

Como certamente tiveram oportunidade de analisar, realça-se o peso das transferências correntes provenientes da Administração Central - Estado, com um peso de 60,91% da receita total, seguido das transferências de capital, provenientes do Estado e da União Europeia (Fundos Comunitários), que representam 11,13% e 2,62% da receita total prevista, respetivamente. No seu aglomerado, as receitas provenientes de transferências (correntes e de capital) representam 74,8% do total de receitas que o Município prevê arrecadar no ano 2023.

Comparativamente com o orçamento do ano 2022, para o ano 2023 prevê-se um pequeno aumento nas receitas próprias do Município, resultado de um acréscimo na arrecadação de receita relativa a mercados e feiras, saneamento e na venda de bens e serviços, como a água potável, as piscinas municipais, as rendas das lojas do mercado municipal e das habitações sociais do Bairro Social, entre outros. A previsão em alta destes valores deve-se ao melhoramento da situação pandémica que temos vivido, em resultado da qual o Município concedeu no ano 2021 e parte do ano 2022, isenções e descontos ao nível da cobrança destas receitas aos comerciantes do concelho, famílias e demais clientes, resultando numa quebra de receita arrecadada nestas rubricas no ano 2022. Em termos previsionais, a independência financeira do Município melhora em 2023, face aos montantes previsto no orçamento de 2022.

Está previsto um aumento residual ao nível dos impostos diretos na ordem dos 3,47%, devendo-se sobretudo à receita fiscal proveniente do IMI, dada a perda das isenções, atendendo a que a taxa do imposto se mantém a mesma., ou seja, no mínimo.

As taxas de IMI praticadas são as mínimas; a dedução para o prédio destinado a fins habitacionais (habitação própria ou permanente) em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar é a máxima: dedução de 20 euros às famílias que tenham 1 dependente a seu cargo, 40 euros para quem tenha dois dependentes a seu cargo e redução de 70 euros ao IMI a pagar para quem tenha 3 ou mais dependentes a seu cargo.

O Orçamento do Estado para o ano 2023, no seu Mapa XII – Transferências para os municípios, prevê transferir para o Município de Valpaços em receitas correntes o montante de 10 029 034,00 euros e em receitas de capital o montante de 2.276.857,00 euros, perfazendo assim um total global de 12.305.891,00 euros. Dizer aqui, que pese embora o aumento do FEF para o ano 2023, via transferência do Orçamento do Estado, aumentar cerca de 827 mil euros, ainda não compensou a machadada que levamos em 2022, em relação ao ano 2021, de 965 mil euros. Dizer ainda a este respeito, algo que nos preocupa em termos de execução e de cumprimento do princípio orçamental do equilíbrio corrente, pese embora o aumento ao FEF, a nível de receita corrente o seu valor será menor em cerca de 97 mil euros face ao ano de 2022. Numa época em que vivemos uma escalada de aumento dos preços de bens e serviços, sobretudo os energéticos e alimentares, uma diminuição à receita corrente não é compreensível.

Quanto ao universo da despesa, a despesa corrente estimada é de 16.613.548 euros (14.071.031 euros em 2022) e a despesa de capital de 3.840.120 euros (5.652.354 euros em 2022).

A poupança corrente estimada, que resulta da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, é de 919.971 euros, o que denota uma preocupação com o eficiente funcionamento da autarquia, ao canalizar recursos correntes para despesas de investimento.

As despesas com o pessoal representam 43% (34,85% em 2022) sobre a despesa total, seguidas das despesas com a aquisição de bens e serviços, que ascendem a 28% (25,56% em 2022) do total da despesa. A despesa com o investimento, com um peso de 14% (23,98% em 2022) na dotação global da despesa. Estas três componentes representam 85% (84,39% em 2022) do total da despesa prevista para o ano de 2023.

Comparando com o ano 2022, verifica-se que a variação em termos absolutos se deve, sobretudo, ao aumento das despesas com o pessoal, ao aumento da aquisição de bens e serviços e com um ligeiro incremento às transferências correntes.

A despesa corrente corresponde a cerca de 81,22% (71,24% em 2022) da despesa total do Município prevista para 2023, ascendendo a 16 613 548,00 euros (14 071 031,00 euros em 2022).

É no capítulo das despesas com o pessoal e na aquisição de bens e serviços que o município consome uma grande fatia do seu orçamento, representando cerca de 52,78% do total da despesa corrente e 42,87% do valor global orçado.

Nas despesas com o pessoal estão previstos 8.769.329 euros (6.873.438 euros em 2022), um acréscimo de 1.895.891 euros, por forma a dar cumprimento às atribuições e competências que de uma forma cada vez mais exigente assistem às autarquias locais. Este montante já reflete os encargos a incorrer com o pessoal que adveio do Ministério da Educação. Relativamente à área setorial da Saúde, cuja descentralização ainda não foi aceite pelo município, em virtude de não estarem definidos com total clareza os montantes que devem estar envolvidos nesta descentralização, não estão previstos neste Orçamento para o período de 2023 os respetivos encargos. Caso a descentralização se venha a efetivar, será o Orçamento revisto através de uma revisão orçamental que virá aqui a este órgão para efeitos de aprovação.

Na aquisição de bens e serviços, o montante estimado para 2023 é de 5.688.566 euros, correspondendo a um aumento de 647.300 euros face ao montante orçado para o ano 2021 (5.041.266 euros em 2022). São aqui enquadradas a aquisição das matérias-primas, nomeadamente material de construção civil, necessário às reparações e conservações que o município com o seu pessoal executa – Obras por administração direta. Os combustíveis, a aquisição de água potável às Águas do Norte, os transportes escolares, a alimentação para as escolas, a eletricidade (edifícios, bombagens, iluminação pública), o gás, a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, o tratamento dos efluentes, entre outros...terão naturalmente o seu enquadramento no orçamento da despesa.

Ao nível das transferências correntes a atribuir às freguesias, e atendendo aos aumentos sucessivos que o Orçamento do Estado, via Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), tem vindo a efetivar em prol das mesmas, estimamos no orçamento municipal uma diminuição das verbas a atribuir. Estou convicto que os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia entenderão esta situação, pois a tendência, e por forma a darmos cumprimento ao princípio do equilíbrio corrente, as verbas a atribuir pelo município terão mais a natureza de despesas de investimento do que propriamente acudir a despesas de funcionamento.

A Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIM-ATB) verá o incremento no montante das transferências a efetivar por parte dos municípios que compõem a CIM fruto do leque de competências que lhe estão adstritas, nomeadamente em matéria de transportes públicos de passageiros (Carreira pública).

As instituições sem fins lucrativos, por forma a prosseguirem com as suas atribuições e competências, terão um aumento previsto nas verbas a transferir de cerca de 12%, contemplando as instituições que prosseguem fins de natureza social, cultural, educativa, recreativa, desportiva e de proteção civil.

A diminuição das verbas destinadas ao apoio às famílias está diretamente correlacionada com as medidas de programas ocupacionais, promovidos pelo IEFP, atendendo à sua previsível diminuição face à redução de eventuais necessidades de pessoal contratualizado por esta via.

A previsão das despesas de capital para o ano 2023 é de 3 355 322,00 euros (5 164 788,00 euros em 2022), representando cerca de 16,4% do total da despesa prevista para o período em análise.

Com a aprovação do saldo da gerência do ano 2022, a concretizar em fevereiro de 2023, possibilidade prevista no art.º 73º da proposta do OE para 2023, será o Orçamento e o PPI, incrementados de forma considerável, previsivelmente em montante a rondar os 7 milhões de euros, como disso já dei a devida nota.

A despesa com investimento para 2023, conforme Plano Plurianual de Investimentos (PPI), cifra-se nos 2 975 252,00 euros (4 729 728,00 euros em 2022). Para além da conclusão de projetos em execução, estão igualmente previstas novas ações para iniciar em 2023 (veja-se PPI).

A diminuição ao investimento previsional, comparativamente com os anos anteriores, prende-se com o facto de a Câmara Municipal cada vez mais ter a seu encargo despesas de funcionamento fruto da prossecução das suas atribuições e competências, e cumulativamente, pela via da descentralização de competências da Administração Central para a Administração Local, um acréscimo às despesas de funcionamento.

Nos próximos anos, é expectável que se verifique um maior encargo com a conservação e reparação de edifícios e estruturas municipais, ao invés da criação de obra nova.

No tocante às transferências de capital, montantes que se destinam a financiar despesas de capital (investimento) das entidades receptoras, prevê-se transferir verbas na ordem dos 380 050,00 euros (435 040,00 euros em 2022). As afetações destas verbas destinam-se essencialmente às juntas de freguesia e instituições sem fins lucrativos.

Concluindo, o executivo camarário aprovou por unanimidade, no passado dia 24 de novembro, o orçamento e PPI, por se tratar de um orçamento equilibrado, onde foram cuidadosamente ponderadas as necessidades da população, aos recursos disponíveis pelo município.

Faremos certamente o nosso melhor.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal Senhora Dra. Ema Gonçalo.

A Senhora Deputada, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores

Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Antes de entrar no ponto em discussão, propôs que se debatam, nesta Assembleia, assuntos do carácter local e se deixe a política nacional, até porque uma reunião com doze pontos na ordem de trabalhos já é suficientemente densa. Não deixando de responder ao Senhor Presidente da Câmara, considerou que o subsídio de 125 euros não foi recusado por ninguém e serviu, certamente, de ajuda para muitas pessoas. Mais: o Senhor Presidente da Câmara também concede os seus subsídios, que certamente também servem de ajuda a quem precisa.

A Senhora Deputada, registou com agrado a inclusão, no documento, de uma proposta do seu partido (PS). Assim, por via disso, anunciou que se iria abster na votação da proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2023.

Intervenção do Presidente da Junta de São Pedro de Veiga do Lilla, Senhor Carlos Neto

O Senhor Presidente da Junta, considerou o documento de fácil leitura, mesmo para quem não esteja familiarizado com estes temas.

Mesmo sendo um documento previsionial, considerou insuficiente a verba alocada para os arranjos da igreja e da casa mortuária de São Pedro. Espera que a sua freguesia seja contemplada com mais alguma obra aquando da alteração orçamental de fevereiro.

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Manuel Machado.

Considerou o Orçamento muito bem elaborado e mostrou confiança na sua execução.

Lamentou que o documento não tenha merecido o voto favorável do PS, visto ter contemplado uma proposta daquele partido.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida.**

Resposta à intervenção da Deputada Municipal Senhora Dra. Ema Gonçalo

Relativamente à questão dos 125 euros, o Senhor Presidente esclareceu que nunca disse que as pessoas não precisavam. Disse que alguns recebem e referido apoio e não tem necessidade que o justifique. Disse, ainda, que a classe média está cada vez mais pobre com salários próximos do salário mínimo.

Como é de lei e como vem sendo hábito, o executivo notificou, atempadamente, os partidos com assento parlamentar para se pronunciarem sobre o orçamento. Desta vez, o Partido socialista vez chegar, ao executivo, as seguintes quatro propostas:

- “Alargamento do Parque da Levandeira até Freixeda”. Relativamente a esta obra, o Senhor Presidente da Câmara, referiu que se encontra em andamento o seu projeto para a realização da mesma;

- “Construção de arruamento que liga a Rua Pêro Galego à Rua do Tramagal”. Esta obra, foi em tempos projetada, tendo sido contactados os proprietários para que fosse possível entrar nos seus terrenos a fim de executar a obra. As pessoas em causa não voltaram a contactar a Câmara Municipal. É uma obra que está nas prioridades do executivo.

- “Colocação de carregadores para carros elétricos nas principais freguesias do Concelho.” O Senhor Presidente da Câmara referiu que esse domínio não é da competência da autarquia, mas sim é da responsabilidade de particulares.

- “Colocação/substituição de lâmpadas leds nos postes de iluminação pública”. O Senhor Presidente da Câmara informou que esse trabalho está em marcha tendo já sido colocadas mais de 6.500 lâmpadas.

Aqui chegados, todas as pretensões do Partido Socialista foram atendidas pelo que, desta vez, seria de esperar um voto favorável por parte da sua bancada.

Destacou, ainda, a enorme dificuldade na elaboração do documento, fruto da escalada de preços, nomeadamente da energia, matérias de construção, alimentação e da atribuição de competências aos Município sem a equitativa compensação financeira.

Alertou para uma negociação que estará a ser preparada discretamente para a colocação de professores, em 2024, ser da responsabilidade das Comunidades Intermunicipais.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, uma intervenção, ao à **Deputada Municipal, Senhora Dra. Ema Gonçalo**.

A Senhora Deputada, considerou que um sindicato de professores está a aproveitar um capital de queixa legítimo para por em causa uma modelo de colocação de professores.

Considerou, ainda, que nunca esteve em perspetiva a colocação de professores através das Comunidades Intermunicipais, embora seja essa a vontade de alguns sindicalistas.

Resposta à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Veiga do Lila, Senhor Carlos Neto.

O Senhor Presidente da Câmara sublinhou que o executivo e os seus funcionários tudo fizeram para encontrar a fuga de água e não conseguiram. Por conseguinte, cabe à Junta de Freguesia trabalhar na possibilidade do furto da água.

Garantiu que em 2023 a casa mortuária vai ser feita, bem como as obras junto à igreja.

Referiu que no próximo ano vai dar primazia ao investimento nas aldeias através de fundos provenientes de alguns Avisos.

Resposta à intervenção do Deputado Municipal, Senhor Manuel Machado.

Agradeceu as palavras do Senhor Deputado, realçando, mais uma vez, a dificuldade na elaboração do documento pelas razões já enumeradas.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM QUATRO ABSTENÇÕES.**

5 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do mapa de pessoal para o ano 2023.

Em conformidade com o que determina o artigo 29.º, n.º 1 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi elaborado o mapa de pessoal, considerado necessário no que concerne às necessidades de funcionários do Município de Valpaços para o ano de 2023 e seguintes.

A Câmara Municipal tem vindo a dotar o seu quadro de pessoal com pessoas capazes e que muito têm engrandecido o nome do Município de Valpaços. São cada vez mais funcionários com níveis de habilitação superior, o que aumenta naturalmente o grau de exigência de resposta para como os cidadãos, que são cada vez mais exigentes.

As pessoas são de extrema importância para o sucesso de uma organização, pois são elas que executam, controlam atividades e processos. São igualmente as pessoas que consomem uma grande fatia do orçamento municipal, como vimos no ponto anterior desta nossa ordem de trabalhos, daí merecerem uma especial atenção por parte do Executivo Camarário. Como Presidente da Câmara e nas vestes de gestor público, dedico grande parte do meu dia de trabalho na gestão de pessoas, e podem crer que não é tarefa fácil, tendo sempre em vista a obtenção dos melhores resultados na satisfação pública. Enquanto autarca sempre desejei que os recursos humanos desta autarquia se sentissem valorizados e integrados. Uma equipa coesa tende a ficar

mais forte e comprometida com o serviço público, contribuindo assim para um maior sucesso nas políticas públicas que visamos implementar no nosso concelho.

É essencial dar apoio no desenvolvimento de competências, nos fatores que apresentam motivação para os nossos funcionários, nos recursos e nas estruturas necessárias para a execução das suas tarefas. Bem sei que ainda não foi possível renovar por completo o nosso parque automóvel, a aquisição de toda a maquinaria, mas o caminho faz-se caminhando, e ano após ano as solicitações dos nossos colaboradores têm vindo a ser satisfeitas.

Preocupo-me, ainda, sempre que tenho que o fazer, para acudir às necessidades, em recrutar mulheres e homens que garantam confiança, estabilidade ao normal funcionamento do serviço e possuam vontade para trabalhar. Tarefa que nem sempre se afigura de resolução simples e facilitada.

Sou responsável e orgulho-me, nestes 9 anos que levo à frente dos destinos da Autarquia, ter admitido muitos jovens. A idade média dos trabalhadores desta autarquia rondará os 40 anos.

No âmbito da Lei que aprovou o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, para aqueles trabalhadores que dessem cumprimento aos critérios pautados na Lei, foram admitidos, no ano 2018, 44 funcionários, sem necessidades de recursos a concursos públicos. Ainda este ano, e no âmbito da mesma Lei, foi ainda legalmente possível proceder à abertura de mais 50 vagas no âmbito da regularização de vínculos precários, estando prevista a sua admissão no quadro de pessoal da Câmara Municipal para o início do próximo mês de janeiro.

Promovemos no ano 2019, à modalidade intercarreiras de 6 trabalhadores, passando da carreira de Assistente Técnico para a carreira de Técnico Superior, por reunirem as habilitações académicas necessárias, valorizando, assim, quer em termos pessoais, quer em termos remuneratórios esses funcionários. No ano 2020, e recorrendo ao mesmo mecanismo de mobilidade intercarreiras, promovemos a passagem de 37 trabalhadores da categoria de Assistente Operacional, para a categoria de Assistente Técnico.

Dizer ainda, que no ano 2020, foram admitidas por concurso publico externo, 14 assistentes operacionais. Recorrendo ao recurso da opção gestionária, 30 trabalhadores enquadrados na carreira de Assistente Operacional, viram a sua posição remuneratória subir de nível, implicando um acréscimo salarial de cerca de 48 euros mensais.

Temos atualmente a decorrer concursos externos de admissão de pessoal, indo ao encontro das necessidades de recursos humanos da autarquia, de mais 37 lugares de quadro, desde Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores.

O mapa de pessoal aqui presente, prevê o número de trabalhadores que se supõe que sejam necessários para uma melhor funcionalidade das estruturas orgânicas e para uma eficiente realização das competências que estão adstritas à câmara municipal.

A estrutura orgânica da câmara municipal encontra-se subdividida em 5 departamentos e numa divisão.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

6 - Apreciação do Orçamento para o ano 2023 da empresa local: EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.

No Orçamento para o ano 2023, a EHATB apresenta um plano de atividades ligadas à “Promoção do Desenvolvimento Local e Regional”, que se estrutura em três grandes grupos, nomeadamente:

- Produção de energia;
- Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana;
- Promoção do desenvolvimento urbano e rural, no âmbito intermunicipal.

Para a execução destas atividades, a EHATB estima, para o ano 2023, um orçamento de 10.900.909 euros, dos quais 37,27% se destinam a alocar à atividade de “Produção de energia”, 54,32% a assegurar a execução dos contratos-programa celebrados com os municípios acionistas, e o remanescente destina-se ao pagamento de impostos sobre o rendimento (IRC) (4,91%) e retribuição aos acionistas (3,50%).

Os rendimentos da EHATB provêm unicamente da receita arrecadada com a atividade de “Produção de energia”. A arrecadação prevista cifra-se em 10.900.909 euros de receita que provem sobretudo da venda de energia, cujo montante previsional ascende a 10.355.680 euros (95% da receita total), sendo que os restantes 5% se dividem entre a prestação de serviços (293.809 euros, que corresponde a 2,70% da receita total) e outros rendimentos e ganhos (cujo montante previsto ascende a 251.420 euros, representando 2,31% da receita total).

Em comparação com o ano transato, a EHATB espera um aumento de cerca de 866.503 euros, ao nível das vendas de energia, fruto do aumento da tarifa de energia previsto para 2023, passando de 83€/MWH na previsão de 2022, para 90€/MWH estimada para 2023.

No que respeita aos gastos e perdas na atividade de produção de energia, prevêem que estes atinjam os 4.062.718 euros em 2023. Assim, é esperado um resultado antes de impostos que ascende a 6.838.191 euros, que será utilizado, maioritariamente, na execução dos contratos-programa com os municípios acionistas, como já referido anteriormente. Dos 4.062.718 euros de gastos e perdas previstos na atividade de produção de energia, prevê-se que 2.303.701 euros se devam à contratualização de fornecimentos e serviços externos (56,70% do total de gastos e perdas), e 762.152 euros se prendam com os gastos de depreciação e amortização (18,76% do total de gastos e perdas). Os gastos com o Pessoal estimam-se em 576.316 euros, correspondendo a 14,19% do montante global de gastos e perdas; a rubrica Outros Gastos e Perdas apresenta uma estimativa que ascende a 402.548 euros (9,91% do total), e, por fim, os restantes 10.000 euros (0,25% do total de gastos e perdas) são estimados como o custo das matérias consumidas.

Relativamente à atividade de “Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana”, que engloba atividades ligadas ao desenvolvimento local e regional, onde se prevê a beneficiação de arruamentos e requalificações urbanísticas, de forma a criar condições de acessibilidade condignas a residentes e a visitantes, melhorando, assim, a imagem urbana e a qualidade ambiental da população, potenciando condições adequadas e fatores de atratividade que permitam o desenvolvimento dos concelhos do Alto Tâmega e Barroso, conforme os projetos discriminados no orçamento que certamente tiveram oportunidade de analisar.

A estimativa de gastos com a atividade de “Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana”, por Município, para o ano de 2023 é a seguinte:

- Boticas: 290.000 euros;
- Chaves: 399.090 euros;
- Montalegre: 689.901 euros;
- Ribeira de Pena: 308.093 euros;
- Valpaços: 0 euros, atendendo que o Município de Valpaços, para o ano 2023, canalizou a sua quota parte para a valorização e divulgação dos nossos produtos, sua gastronomia, costumes e tradições, como será exposto no ponto seguinte desta ordem de trabalhos;
- Vila Pouca de Aguiar: 250.000 euros (225.000 euros em 2022).

No que respeita ao eixo “Promoção do Desenvolvimento Urbano e Rural”, que visa a promoção do crescimento económico, a eliminação de assimetrias e o reforço da coesão económica e social, e no respeito pelos princípios da não discriminação e da transparência e sem prejuízo da eficiência económica, através da realização de intervenções centradas na dinamização socioeconómica e cultural do território, tendo em vista potenciar um desenvolvimento

harmonioso e sustentável e uma melhoria da qualidade de vida das populações na região do Alto Tâmega, estão previstas diversas atividades para o ano 2023, como se encontram descritas no documento.

Em súmula, os gastos totais previstos no orçamento para 2023 ascendem a 9.984.250 euros. Atendendo aos que os rendimentos se prevêm de 10.900.909 euros, temos um resultado antes de impostos previsto para 2023 de 916.659 euros. Após a liquidação do imposto, que se prevê de 534.867 euros, prevê-se um resultado líquido para o ano de 2023 de 381.792 euros.

É o que me cumpre informar.

7 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para aprovação da minuta do contrato programa a celebrar entre o Município de Valpaços e a empresa intermunicipal «EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.».

O contrato-programa a celebrar entre o Município de Valpaços e a EHATB, determina, concretiza e especifica, os objetivos da missão atribuída à EHATB, no quadro do seu objeto social e no âmbito da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e da promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, e no âmbito deste regime jurídico, as entidades públicas participantes no capital social das empresas locais, devem celebrar contratos-programa onde se defina a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas.

O presente contrato-programa determina, concretiza e especifica, em conformidade com o artigo 50º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, os objetivos imediatos e mediatos da missão atribuída à “EHATB, EIM, S.A.”, no quadro do seu objeto social e no âmbito da promoção do desenvolvimento urbano e rural, tendo por missão a execução de projetos e ações constantes do anexo ao Contrato-Programa, como certamente tiveram oportunidade de analisar, utilizando para tal critérios adequados de gestão e de execução técnica, promovendo a realização e a afetação, eficiente e eficaz, dos recursos financeiros inerentes, de forma a habilitarem a alcançar a perfeição e a qualidade do serviço/produto pretendida, concorrendo dessa forma para a satisfação do interesse público subjacente a cada um dos projetos e ações.

Os objetivos setoriais a prosseguir pela EHATB correspondem aos fixados no seu plano de atividades, conforme o seu Orçamento que tiveram a oportunidade de apreciar no ponto anterior desta ordem de trabalhos.

O adicionamento de novos projetos e/ou ações, bem como a sua supressão, ou transferência de verbas entre as diferentes atividades previstas no presente Contrato-Programa, ficam

necessariamente sujeitos a aprovação prévia por parte da Câmara Municipal desde que não seja excedido o montante do contrato. A EHATB fica autorizada, desde que se mostre necessário para o cumprimento do Contrato-Programa, a proceder, no âmbito da mesma atividade, à redistribuição e ou reclassificação, entre os projetos e as ações previstas no Contrato-Programa. Prevendo-se que no ano 2023 a empresa EHATB apresente resultados anuais equilibrados, nos termos do art.º 40º da Lei n.º 50/2012, os projetos e as ações serão financiados direta e autonomamente pela EHATB, por recurso às suas receitas próprias, mais propriamente os previsíveis excedentes resultantes da produção de energia elétrica, pelo que se dispensará a afetação de verbas por parte do Município de Valpaços a atribuir à EHATB.

O presente contrato-programa vigorará entre a data de assinatura e 31 de dezembro de 2023.

As ações de “Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal” a serem executadas no concelho de Valpaços em 2023, ao abrigo do presente contrato-programa, têm uma previsão de custos associados que ascendem a 600.000 euros e têm como pedra basilar potenciar, valorizar e divulgar os nossos produtos, sua gastronomia, costumes e tradições, a animação da economia local e a melhoria dos respetivos índices económico-sociais de desenvolvimento.

As ações previstas consubstanciam-se nas seguintes atividades:

1. Feira do Fumeiro;
2. Feira do Folar;
3. Feira Olivalpaços;
4. Feira Franca;
5. Festas da Cidade e do Concelho;
6. Feira da Vindima e do Vinho;
7. Feira da Castanha;
8. Feira de Natal – Cidade Encantada.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

8 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para aprovação da minuta do contrato programa a celebrar entre a empresa intermunicipal «EHATB – Empreendimentos

Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.» e os seis municípios acionistas – «Valpaços, Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar».

Como já foi referido no ponto anterior desta ordem de trabalhos, a EHATB é uma empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, regida pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a qual cumpre, por delegação dos seus acionistas, o fomento do desenvolvimento regional e local através do aproveitamento, em benefício dos respetivos territórios e populações, dos variados recursos endógenos neles existentes.

As ações de “Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal” a serem executadas em 2023 ao abrigo do presente Contrato-Programa têm uma previsão de custos associados que ascendem a 137.700 euros e subdividem-se em:

1 - Valorização/Capacitação do Território, o que inclui:

- Estudos e projetos para os concelhos do Alto Tâmega e Barroso;
- Concurso de Ideias – “Empreender no Alto Tâmega e Barroso”;
- Gala do Empreendedorismo e das Empresas do Alto Tâmega e Barroso.

2 - Participação em feiras, seminários, congressos e workshops.

3 - Campanhas de Promoção do Alto Tâmega, o que inclui:

- Difusão do Alto Tâmega na comunicação social;
- Divulgação do território Alto Tâmega;
- Valorização e divulgação dos produtos e dos valores da gastronomia, dos costumes e tradições, da sedução da natureza, com as paisagens e montanhas desta região, permitindo a prática de atividade física ao ar livre;
- Aumento da competitividade do território;
- Criação de fatores proporcionadores de atratividade, visando-se a intensificação de fluxos de visitantes à região do Alto-Tâmega e Barroso;
- Animação da economia local e melhoria dos respetivos índices económico-sociais de desenvolvimento;
- Promoção internacional do Alto-Tâmega como âncora do turismo.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

9 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da fixação do percentual a aplicar no ano 2023, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

A Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, veio instituir legislação acerca da passagem e atravessamento dos domínios público e privado municipal, no que concerne aos serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público. Neste seguimento, e em articulação com a mencionada Lei, o atravessamento e passagem dos domínios municipais podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP).

A referida taxa, deverá ser cobrada às empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público e deverá ter um limite percentual a aplicar que não poderá ultrapassar os 0,25% da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público.

De referir que esta taxa não poderá ser repercutida diretamente aos consumidores de telecomunicações de forma isolada, como acontece, por exemplo, nas faturas da EDP onde nos é cobrada a Taxa Audiovisual, mas sim via tarifa da operadora. Ora, como a tarifa é única a nível nacional, caso o Município de Valpaços não implemente a referida taxa, em nada iria mexer nos tarifários praticados pelas operadoras aos seus consumidores, pelo que, a cobrança da referida taxa, embora de pouca materialidade no computo das receitas municipais, deve reverter para a Câmara Municipal, caso contrário os valpacenses estaria a pagar taxas municipais de direitos de passagem de outros concelhos que as fixaram e o Município de Valpaços nada receberia.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

10 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da minuta de aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências na Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

A Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, por delegação dos Municípios que constituem a CIM do Alto Tâmega e Barroso, é a Autoridade de Transportes na nossa região, estando assim incumbida de administrar a exploração do serviço público de transporte de passageiros no que toca ao serviço público de transporte intermunicipal que se desenvolva integral ou maioritariamente na sua área geográfica e ao serviço público de transporte inter-

regional cuja competência haja assumido na sequência de contrato celebrado com outras autoridades de transportes.

Nesse âmbito, promoveu a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso um concurso público internacional no sentido de encontrar o melhor operador de serviços de transportes para a região do Alto Tâmega e Barroso. Trata-se de um processo complexo, com o desenho de muitos circuitos, de compensações e tarifas, tendo o procedimento concursal inicialmente ficado deserto por ausência de propostas. Seguidamente voltou-se a lançar novo concurso ao mercado tendo resultando na contratualização de um operador económico, no caso a «Flaviamobil, Lda.», cuja conclusão do processo se encontra a aguardar o competente visto prévio por parte do Tribunal de Contas.

Este aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, à semelhança de um outro discutido e votado neste órgão na sessão realizada há precisamente um ano atrás, visa coadunar em termos temporais e financeiros a realidade inerente à tramitação administrativa do procedimento de contratação pública. O Contrato, à semelhança dos anteriores, prevê que os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, atribuam compensações financeiras à própria comunidade, para que esta possa cumprir com as suas obrigações contratuais.

A repartição do financiamento, entre os vários municípios, seguiu o critério de veículo quilómetro e população, implicando com que os Municípios contribuam para o pagamento das despesas, desde que estas não sejam suportadas por outras fontes de financiamento. Neste sentido, deverá ser suportado pelo Município de Valpaços, enquanto associado da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, o financiamento necessário para o exercício das competências próprias da CIM, enquanto autoridade de transportes, respeitantes às linhas intermunicipais e inter-regionais. O financiamento municipal para o exercício pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso das suas competências próprias enquanto autoridade de transportes, deve ser suportada na parte correspondente a 51% do valor máximo anual de compensações por obrigações de serviço público, sendo o valor máximo anual de compensações por obrigações de serviço público a atribuir pelos Municípios no montante de 939.040,22 euros/ano, com a exceção do ano 2022, cuja estimativa era de 469.520,11 euros; Todavia, esse dispêndio não se veio a concretizar, atendendo a que o visto prévio por parte do Tribunal de Contas, até à presente data, ainda não foi atribuído.

Resulta ainda deste Contrato Interadministrativo que as partes envolvidas na sua execução, comprometem-se a promover a coesão territorial, social e económica, o reforço da solidariedade intermunicipal, bem como a melhoria da qualidade dos serviços públicos de transporte de

passageiros prestados à população. Mais se comprometem, a que não haja um aumento da despesa pública global.

A aprovação do aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências acaba no fundo por ser um acordo de financiamento relativo às competências delegadas pelo Município de Valpaços na Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, sendo ao município imputada a percentagem para pagamento de 10,92%, que lhe corresponde, em relação ao valor total estimado do contrato no montante de 939.040,22 euros, um encargo para o período orçamental de 2023, de 102.543,19 euros. No período de 7 anos do contrato, a Câmara Municipal de Valpaços, pagará 717.802,45 euros para que possa continuar a existir um serviço público de transportes no território de Valpaços.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

11 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Investigação – Programa Bolsas.

Como certamente são conhecedores, o Município de Valpaços, no âmbito da CIM, promoveu, conjuntamente com os demais municípios do Alto Tâmega à constituição do «Aquavalor», que tem sede em Chaves, e está relacionado com a temática da água e do termalismo, que se encontra dotada de um centro tecnológico que lhe permite aliar a componente de investigação ao universo empresarial da região do Alto Tâmega.

Por ocasião da criação do «Aquavalor», o Município de Valpaços já vinha a desenvolver, em parceria com o Instituto Piaget, um centro tecnológico ligado ao setor Agroindustrial, onde fosse possível realizar análises sensoriais, nomeadamente aos produtos alimentares, visando a sua certificação e consequente promoção.

Neste sentido, foram executadas obras ao nível do rés-do-chão do antigo edifício das Freiras, que se encontram, atualmente, dotadas de uma excelente infraestrutura, equipada com sala de laboratório, análises sensoriais e salas de provas.

Atualmente este centro tecnológico, «Agrovalor», encontra-se integrado no «Aquavalor», tendo sido, inclusivamente participado pelos Municípios que compõem a CIM do Alto Tâmega.

A infraestrutura está praticamente pronta, faltando apenas uns pequenos pormenores finais, sendo necessário dota-la de meios humanos capazes para a por em funcionamento e ao serviço de todo o Alto Tâmega.

Com este sentir, e estando convicto que o concelho de Valpaços é dotado de um património cultural e patrimonial de enorme relevância. Diria mais, no tocante ao setor primário, somos o melhor concelho de todo o distrito de Vila Real e ocupamos lugar cimeiro em todo o território de Trás-os-Montes.

Com este sentido, tem havido uma necessidade em atrair recursos humanos para o nosso concelho, em particular de jovens qualificados, pelo que se torna fundamental a criação de um programa de atribuição de bolsas de investigação, a desenvolver no Município de Valpaços, concretamente no Centro Tecnológico «Agrovalor».

Assim nasceu o Projeto de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Investigação – Programa de Bolsas, que foi aprovado em reunião ordinária do executivo da Câmara Municipal, realizada a 18 de agosto de 2022. Posteriormente, e nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o Projeto de Regulamento esteve disponível para consulta pública, por um período de 30 dias úteis, que decorreu entre o dia 2 de setembro a 14 de outubro de 2022, não tendo sido prestada qualquer contribuição ou sugestão durante o período de consulta pública. Neste seguimento foi, posteriormente, aprovada a sua versão definitiva em reunião do executivo camarário, realizada a 3 de novembro de 2022, que se submete, agora, a aprovação final a este órgão deliberativo.

Trata-se de um programa que abrangerá apenas propostas de investigação que incidam sobre temas de relevância municipal, destinando-se a jovens residentes no concelho de Valpaços e que tenham concluído, no mínimo, o 1.º ciclo de estudos do ensino superior, sendo que a dotação orçamental que está predestinada a este programa tem uma importância máxima de 45.000 Euros/Ano.

As bolsas a atribuir terão a duração de até 1 ano e destinam-se a apoiar a realização de trabalhos de investigação inovadores que criem uma maior ligação entre a investigação científica e a indústria, promovendo a transferência e troca de conhecimentos e tecnologias, o aumento da qualidade alimentar e a preservação do meio ambiente, com particular destaque para:

- A Segurança e Qualidade Alimentar;
- O Desenvolvimento e inovação dos respetivos sistemas produtivos;
- Desenvolvimento e utilização de Investigação e Desenvolvimento (I&D);
- Difusão e transferência de tecnologia ao longo de toda a cadeia de valor do setor Agroalimentar;
- Incrementos de competitividade;

- Dinamização dos produtos endógenos e promoção do tecido empresarial do concelho.

Os contratos relativos às Bolsas de Investigação não geram nenhuma relação jurídico-laboral, atribuindo o Município uma compensação financeira ao bolseiro, corresponde ao valor mensal de dois IAS (Índice de Apoios Sociais).

O bolseiro desenvolverá a sua atividade sob a supervisão de um orientador, que estará ligado ao Instituto Politécnico de Bragança, entidade que tem uma parceria com a «AquaValor», onde se insere o nosso centro «AgroValor».

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal Senhora Dra. Ema Gonçalves.

A Senhora Deputada quis saber quantos bolsieiros serão contemplados e quem será o júri que avalia os projetos.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida.**

Resposta à intervenção da Deputada Municipal Senhora Dra. Ema Gonçalves.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que se trata de um Programa que prevê três bolsieiros e o júri será da responsabilidade do Instituto Politécnico de Bragança.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE.**

12 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da Minuta de Protocolo de Rendimento Social de Inserção a outorgar com a Casa do Povo de Vilarandelo.

A Lei-Quadro n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabeleceu a transferência de competências para as autarquias locais em diversos domínios, tendo seguidamente o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, concretizado a transferência de competências para os órgãos municipais, no

domínio da Ação Social, o qual foi viria a ser posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro.

No dia 1 de maio de 2022, foi efetivada a delegação de competências na área da Ação Social para o Município de Valpaços, sendo o Município, desde essa data, responsável pela análise e viabilização dos pedidos de Rendimento Social de Inserção (RSI) e pelo respetivo acompanhamento social. Sendo certo que as aprovações do RSI continuam a ser da competência da Segurança Social de Vila Real e não da Câmara Municipal. Foi criado um Núcleo Local de Inserção, designado por NLI, constituído pelos técnicos que compõem o RSI, a respetiva coordenadora do NLI, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, pela Segurança Social, pelo Centro de Saúde de Valpaços, por um representante do Agrupamento de Escolas de Valpaços e pela Câmara Municipal.

Desde que o Município aceitou esta competência, até à presente data, já foram analisados e tramitados pelo NLI 275 processos. Neste momento encontram-se ativos 210 processos.

Conforme previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, os municípios podem optar por exercer diretamente as competências anteriormente objeto de acordo ou protocolo ou celebrar novo acordo ou protocolo de colaboração.

Posto isto, pretende o Município de Valpaços celebrar protocolo de delegação de competências com a Casa do Povo de Vilarandelo, instituição credível na área social no concelho de Valpaços e que já vinha a desenvolver esta competência através de uma parceria com a Segurança social, e que é detentora de um quadro de pessoal técnico, com a experiência e a capacidade para desenvolve as ações de acompanhamento dos cerca de 200 agregados familiares beneficiários de RSI, no âmbito territorial do concelho de Valpaços, e que visam assegurar uma efetiva participação dos mesmos na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, como também, de uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes. Em contrapartida, o Município de Valpaços presta o apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das ações a desenvolver pela Instituição, bem como acompanha, monitoriza e propõe ações de melhoria à execução do Protocolo e disponibiliza acesso aos suportes de informação normalizados no âmbito do RSI.

As ações de acompanhamento dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção, compreendem, designadamente:

- Elaboração do diagnóstico social;
- Negociação e elaboração do contrato de inserção;
- Execução, acompanhamento e avaliação do contrato de inserção.

- Ações de acompanhamento, com o objetivo de garantir a inserção social e progressiva autonomia dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção;
- Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e intervenção social com beneficiários/famílias;
- Organizar um processo individual por agregado familiar;

- Elaborar o plano de ação anual e relatórios de progresso semestrais, de acordo com modelo a fornecer pelo Centro Distrital da Segurança Social, dados de natureza estatística e outros que lhe sejam solicitados;

O presente protocolo é revisto sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente quando o número de agregados familiares abrangidos ultrapassar a margem de variação admitida no protocolo, bem como em função dos resultados da avaliação efetuada pelo Município, podendo cessar, a todo o tempo, por mútuo acordo dos outorgantes, ou por extinção do seu objeto. Vigorará de 1 de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2023, caso seja essa a vontade desta Assembleia Municipal, ficando a sua renovação dependente dos resultados da avaliação a efetuar pelo Município de Valpaços, que aqui informaremos.

Ao nível dos recursos humanos fundamentais para a prossecução do protocolo, estão previstos 3 técnicos superiores, um na área da Psicologia e dois na área do Serviço Social, e 6 ajudantes de ação direta.

Os gastos associados ao protocolo afetos aos recursos humanos cifram-se em 161.313,59 euros, como se encontram devidamente discriminados no protocolo que certamente tiveram oportunidade de analisar, acrescidos de 1.218 euros de gastos de funcionamento. Assim sendo, a estimativa anual para fazer face à execução desta descentralização de competência ronda os 175.930 euros, que a Câmara Municipal transferirá em duodécimos mensais para a Casa do Povo de Vilarandelo.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal Senhora Dra. Ema Gonçalo.

A Senhora Deputada quis saber se o Município já tinha esta competência e está a protocolar com a Casa do Povo de Vilarandelo.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida**.

Resposta à intervenção da Deputada Municipal Senhora Dra. Ema Gonçalves.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu esta competência foi-lhe, agora, atribuída no âmbito da transferência de competências, e por sua vez está a protocolar com a Casa do Povo de Vilarandelo, aproveitando os recursos humanos que já desempenhavam essas funções.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

Antes do encerramento dos trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para uma nota final, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida**.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Amílcar Castro de Almeida

O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que chega ao fim um ano difícil para a Câmara Municipal e para as famílias. O flagelo da guerra tem provocado aumento dos preços e uma angústia crescente nas famílias cada vez mais asfixiadas por uma realidade económica que parece não ter fim.

Destaque, ainda, para o trabalho do executivo com maior ênfase nas pessoas/famílias, nomeadamente nas mais necessitadas.

Uma palavra de apreço aos funcionários da autarquia, aos senhores vereadores e aos técnicos e dirigentes que acompanham as Assembleias, sempre disponíveis e diligentes.

Em jeito de desabafo, deixou um pedido de desculpa por alguma palavra mais acalorada que deriva da sua paixão pela política e pelo debate.

Terminou, desejando a todos um Feliz e Santo Natal e um ano 2023 cheio de realizações.

Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Valpaços, Senhor António Sernache de Sousa.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a colaboração de todos num ano particularmente difícil, desejando umas Boas Festas e em Ano Novo cheio de realizações pessoais e profissionais.

Sendo dezanove horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata.

O Presidente da Assembleia Municipal

António Sernache de Sousa

O 1º Secretário

Prof.^a Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves

O 2º Secretário

António Queirós Simões